

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR
ÀS PERDAS REGISTRADAS PELO NOVO BANCO E IMPUTADAS
AO FUNDO DE RESOLUÇÃO**

[Inquérito Parlamentar n.º 5/XIV/1.ª (BE)]

[Inquérito Parlamentar n.º 6/XIV/1.ª (IL)]

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIV/2.ª (PS)]

Reunião n.º 15

(Presencial e por videoconferência)

6 de abril de 2021

(9:41 h – 11:58 h)

Ordem do dia: Audição do Sr. Eng.º Carlos Moedas (Ex-Secretário de Estado-Adjunto do Primeiro-Ministro do XIX Governo Constitucional)

Presidente da Comissão: Fernando Negrão (PSD)

Deputados oradores: Duarte Alves (PCP)

Cecília Meireles (CDS-PP)

André Silva (PAN)

João Cotrim de Figueiredo (IL)

João Paulo Correia (PS)

Duarte Pacheco (PSD)

Mariana Mortágua (BE)

Mónica Quintela (PSD)

Filipa Roseta (PSD)

O Sr. **Presidente** (Fernando Negrão): — Bom dia, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Eram 9 horas e 41 minutos.

Hoje tem lugar a audição com o Sr. Eng.º Carlos Moedas, ex-Secretário de Estado-Adjunto do Primeiro-Ministro do XIX Governo Constitucional, Dr. Pedro Passos Coelho.

O Sr. Eng.º Carlos Moedas não fará uma intervenção inicial, pelo que passamos, desde já, à primeira ronda de perguntas.

Em primeiro lugar, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Alves, do Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Obrigado, Sr. Presidente.

Começo por cumprimentar o Eng.º Carlos Moedas.

Começando por aquilo que o traz aqui, no dia 2 de maio de 2014, o Sr. Engenheiro teve uma reunião com Ricardo Salgado e José Honório, em que lhe é entregue uma carta — que ficou conhecida como um Memorando — sobre a situação do GES (Grupo Espírito Santo).

Foi o primeiro de vários responsáveis políticos que receberam este Memorando, que deixava claro o buraco financeiro do GES, de 7600 milhões de euros.

Que seguimento é que deu a esta informação?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas** (ex-Secretário de Estado-Adjunto do Primeiro-Ministro do XIX Governo Constitucional): — Bom dia, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Muito obrigado, Sr. Deputado, pela pergunta.

É verdade. Já respondi a essa pergunta por escrito, na anterior Comissão de Inquérito. Nessa reunião foi-me realmente transmitido, pelo Dr. Ricardo Salgado — é bom ver que recebia muitas pessoas, de todos os setores de atividade, grandes e pequenas empresas, e ali tive o pedido do presidente de um banco... O Dr. Ricardo Salgado transmitiu-me preocupações sobre o Grupo GES, a parte não financeira do Grupo Espírito Santo — portanto, uma empresa privada — e disse-me que já tinha falado com outras pessoas, entre elas o Presidente da República. Penso que, na altura, já tinha falado com o Presidente da Comissão Europeia e que também já tinha falado com o Primeiro-Ministro.

Disse-me que gostaria de transmitir essas preocupações e que as iria transmitir também a outros membros do Governo.

A minha reação a essa reunião foi... A minha responsabilidade no Governo, e sobretudo naquela altura, em que estava no fecho de tudo o que era o processo da troica, tinha que ver com lidar com o Ministério da Saúde, com o Ministério da Justiça, com as chamadas reformas estruturais, portanto não estava numa posição de poder intervir nem de poder tomar qualquer decisão.

O que fiz foi transmitir ao Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro que o Dr. Ricardo Salgado gostaria de ter uma reunião com o Primeiro-Ministro.

Do Gabinete do Primeiro-Ministro respondem-me que essa reunião já estava marcada. Mesmo isso era algo que já estava marcado.

Depois, ele viu a Ministra das Finanças e outros governantes, e achei muito bem que o fizesse.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Tem uma informação, da parte do Dr. Ricardo Salgado, de que havia problemas no GES, que era um grupo muito

importante na economia nacional, e que poderia constituir um risco sistémico para o país, e aquilo que faz é não dar seguimento a essa preocupação e informar o Sr. Primeiro-Ministro de que teria um pedido de audiência.

Disse também, tal como consta das respostas escritas à anterior Comissão de Inquérito, que «essa opinião» — e estou a citá-lo — «preocupou-me também à luz da fase delicada que vivíamos, de conclusão do Programa de Assistência».

Em maio de 2014 tem esta preocupação. Não lhe dá nenhum seguimento, mas é uma opinião que o preocupa — é aquilo que disse na anterior Comissão de Inquérito —, porque estava preocupado com a fase delicada de conclusão, ou seja, com a saída da troica.

A minha pergunta é se revelou essa preocupação com que ficou quando saiu dessa reunião, no momento em que, precisamente no mês de maio, é lançado um aumento de capital do BES (Banco Espírito Santo), que veio a gerar depois perdas para milhares de portugueses. O senhor já tinha essa preocupação, já tinha essa informação do buraco de 7600 milhões. E revelou essa preocupação ou manteve o não prosseguimento das preocupações com que ficou dessa reunião?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, eu não tinha esse número dos 7600 milhões ou, pelo menos, nos meus arquivos, não tenho esse número. Aquilo que eu tinha de fazer era transmitir-lhe uma preocupação daquilo que era uma empresa privada não financeira.

Durante os anos em que estive no Governo, tinha também essa função, de ouvir os problemas de muitas empresas privadas que vinham e que tinham os seus problemas. Mas lembro-me até de, nessa reunião, ter referido que quando uma empresa privada do setor não financeiro tem um problema, esse problema não deve ser dos contribuintes, deve ser dos acionistas dessa

empresa e dos credores dessa empresa. Uma empresa privada com esse tipo de problemas na área não financeira deve tratar deles com quem de direito.

Para além de eu não ter essa responsabilidade no Governo, estou no meio do fecho de tudo o que eram os meus temas, as centenas de medidas que tínhamos da troica, o Dr. Ricardo Salgado quis estar comigo, mas sabendo que eu não tinha qualquer poder sobre isso. E eu sabia que ele estava a falar com outros membros do Governo.

Não é que eu recebi uma informação e que escondi essa informação... Essa informação era de todos, e não era informação sobre o Banco Espírito Santo, era informação sobre o GES.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Portanto, não transmitiu essas preocupações ao Primeiro-Ministro, de quem era Secretário de Estado-Adjunto.

Referiu aqui que era um problema da área não financeira, mas, reportando-me também às suas respostas na anterior Comissão de Inquérito, por escrito, foi-lhe feita uma pergunta, curiosamente até pelo PSD, que é a seguinte: «Quando soube da existência de uma exposição excessiva do BES ao GES?». E a sua resposta é: «Apenas tive conhecimento de dificuldades no GES/BES na reunião de 2 de maio».

Aquilo que nos disse agora é que a reunião de 2 de maio era apenas no âmbito da área não financeira do GES. Ora, aquilo que está nessa resposta e na pergunta que lhe foi feita, que é a exposição do BES ao GES, a sua resposta é a de que ficou a saber no dia 2 de maio.

Portanto, no dia 2 de maio, já era bastante evidente que os problemas da área não financeira do GES tinham impacto no Banco Espírito Santo e, mesmo assim, decidiu não revelar essas preocupações ao Primeiro-Ministro e morreu ali o assunto, apesar de, naquele momento, haver um aumento de

capital que acabou por lesar milhares de portugueses que investiram no aumento de capital, que até foi assegurado por responsáveis políticos da altura. O senhor, sabendo dessa informação, não teve qualquer intervenção.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, permita-me que o corrija, porque na pergunta 2 eu respondo bem que o Dr. Ricardo Salgado...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — É a pergunta 7.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Eu sei, mas queria explicar-lhe o porquê.

Nesta pergunta, eu digo a opinião sobre o facto de os problemas do GES poderem constituir um risco sistémico. Foi isso que me foi transmitido.

É verdade que, em perguntas seguintes, em que a pergunta é formulada sobre o BES, eu digo que tive conhecimento, efetivamente, e digo GES/BES, exatamente porque a pergunta é formulada como BES, mas não é porque a reunião tenha sido sobre o BES, foi sobre o GES. Isso está específico e está dito na resposta que eu dei por escrito em 2015.

A questão fundamental é: eu recebi estas pessoas? Recebi. Elas transmitiram-me preocupação? Transmitiram. Era a minha função ouvi-las? Era. Era a minha função, no Governo, fazer alguma coisa sobre isso? Não era.

Quando se está num Governo, tem-se funções específicas. Sr. Deputado, ali, a minha função específica era tratar e monitorizar as reformas estruturais da economia. Era essa a minha função.

No Governo, é como numa orquestra, ou seja, cada pessoa está a fazer a sua coisa, e depois há, no fundo, um maestro, que é o Primeiro-Ministro, e

esse está a olhar para todos. Mas não sou eu que, naquela reunião, ia resolver um problema. Ainda por cima, como lhe digo, foi claro nessa reunião que era um problema de uma empresa não financeira privada, dos seus acionistas, dos seus problemas.

Foi isso que me foi transmitido. Não tenho nenhuma dúvida sobre isso, Sr. Deputado.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Recordo apenas, citando a pergunta que lhe foi feita: «Quando soube da existência de uma exposição excessiva do BES ao GES?». E a sua resposta foi aquela que citou.

Referiu aqui que o Governo era uma orquestra, cada um tinha a sua função, mas a verdade é que Ricardo Salgado contactava com vários violinos dessa orquestra.

Passando um mês à frente desse encontro de maio, em junho é contactado telefonicamente por Ricardo Salgado. Trata-se de um telefonema que, corrija-me se estiver errado, tem dois temas, essencialmente: um, é o processo judicial no Luxemburgo e, o outro, é o pedido para falar com o presidente da Caixa Geral de Depósitos.

Relativamente ao Luxemburgo, disse a Ricardo Salgado que conhecia o ministro, mas depois deu algum seguimento a esse contacto pessoal que tinha com o Ministro das Finanças luxemburguês?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, nunca dei, e isso foi provado pelo próprio ministro, que foi entrevistado posteriormente e que me disse, como eu tinha dito, que o tinha visto duas vezes na vida, e não tinha qualquer contacto. Não houve qualquer contacto nem com o ministro nem com o Governo do Luxemburgo. Nunca.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Já relativamente ao segundo tema, Caixa Geral de Depósitos, chegou a mencionar este assunto ao presidente da Caixa, não é?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — É verdade, Sr. Deputado. E mencionei ao Dr. José Matos que era muito estranho. Essa conversa ou esse cruzamento de conversas com o Dr. José Matos foi para lhe dizer «que estranho, um presidente de um banco telefona-me para pedir uma reunião com outro presidente de um banco. É estranho, não é?». Foi mais um aviso.

Eu não tinha qualquer tutela sobre a Caixa Geral de Depósitos. Obviamente, não lhe pediria nada. Mas foi tão estranho. Era realmente estranho como é que um Secretário de Estado-Adjunto do Primeiro-Ministro recebe uma chamada de um presidente de um banco a pedir uma reunião com outro presidente de um banco. Não tinha lógica, e eu transmiti essa estranheza ao Dr. José Matos.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Em maio, tem uma reunião com Ricardo Salgado e José Honório e sai dessa reunião com preocupações relativamente às informações que lhe foram dadas, de que poderia haver um risco sistémico para o país. Não dá qualquer informação ao Governo, neste caso, ao Primeiro-Ministro.

Em junho, recebe este telefonema, em que são mencionados dois assuntos, a questão do Luxemburgo e a da Caixa. Relativamente ao Luxemburgo, não tem qualquer contacto. Relativamente à Caixa, chega a mencionar este assunto ao presidente da Caixa.

Diz também, nas suas respostas na anterior Comissão de Inquérito, que depreendeu que a situação poderia ser mais preocupante do que se supunha

anteriormente, podendo haver implicações para o processo de saída do programa em que Portugal se encontrava.

Se as preocupações que tinha em maio eram algumas, em junho, as suas preocupações aumentaram. A minha pergunta é se transmitiu essas preocupações ao Primeiro-Ministro.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Não, Sr. Deputado. Eu não tinha de transmitir esse tipo de preocupações ao Sr. Primeiro-Ministro, porque o Sr. Primeiro-Ministro tinha a Ministra das Finanças, tinha outros membros do Governo... Mas, neste caso, a Ministra das Finanças estava totalmente ao corrente. Eu sabia que o Dr. Ricardo Salgado tinha estado também com a Ministra das Finanças, que tinha estado com outras individualidades do Estado. E eu tinha de me ocupar daquilo que eram as minhas coisas, aquilo que era o meu trabalho no Governo.

O Sr. Deputado está a perguntar a alguém que tinha funções muito específicas no Governo. Obviamente que me preocupou, mas preocupou-me também como cidadão.

Naquela altura, em junho, não era só a questão das reuniões... Ouvia-se as pessoas que trabalhavam nos bancos, que me telefonavam, as pessoas na rua, já havia uma preocupação... Eu sabia publicamente dessas preocupações. Mas não havia mais nada, Sr. Deputado.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sim. Não tinha de, não era sua responsabilidade fazer esse contacto, mas também não era sua responsabilidade ter falado deste assunto com o presidente da Caixa e falou.

Poderia ter transmitido, como Secretário de Estado-Adjunto do Primeiro-Ministro, as informações e as preocupações com que saiu dessas reuniões, tanto em maio como do telefonema de junho.

A verdade é que o padrão que aqui se estabelece é um padrão de não atuação. E deixe-me que lhe diga que a não atuação também responsabiliza quem decide não atuar.

Gostaria também que me confirmasse que este assunto nunca foi discutido no Conselho de Ministros. Essas preocupações nunca foram manifestadas nem ao Primeiro-Ministro nem no Conselho de Ministros, em que tinha assento.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Dois pontos: o meu padrão de vida é de atuação. Nesses anos da troica, passaram 1000 dias, conseguimos monitorizar mais de 400 medidas e conseguimos fazer aquilo que hoje... Aliás, faz 10 anos que o Primeiro-Ministro José Sócrates chama a troica para Portugal, e eu tenho muito orgulho de todo o trabalho e de toda a atuação que fiz. Nesse ponto específico, não era minha função atuar, não era minha função dizer, não era minha função fazer isso.

A questão que me põe tem que ver com aquilo que era a minha função no Governo, e eu estou a dizer que não era a minha função. Mas tudo aquilo que aquele Governo fez, e que foi discutido em Conselho de Ministros, foi uma atuação com a qual eu estou solidário, integralmente solidário e que defendo, mas não foi parte daquilo que era a minha função como Secretário de Estado-Adjunto do Primeiro-Ministro.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Portanto, não chegou a discutir estes temas no Conselho de Ministros?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Estes temas específicos, desta delicadeza, aquilo que eu posso, depois destes anos, recordar é que não eram temas típicos de um Conselho de Ministros. Eram temas típicos entre o Sr.

Primeiro-Ministro e um grupo restrito de ministros. Eram temas sensíveis sobre aquele que era o sistema financeiro. Nesse tipo de reuniões eu não estaria presente. Não tenho qualquer recordação sobre isso.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Há uma resposta que deu na anterior Comissão de Inquérito e que é esclarecedora. Quando lhe perguntam quando é que teve conhecimento da medida de resolução do BES, a sua resposta é: «Tomei conhecimento da medida de resolução por via da comunicação social». Isto é verdadeiramente esclarecedor, porque o senhor era membro do Governo, era o Secretário de Estado-Adjunto do Primeiro-Ministro, era o responsável no Governo pelo acompanhamento do programa da troica. A medida de resolução envolvia a mobilização de 3900 milhões dos fundos da troica, mas diz, numa Comissão de Inquérito, que só conheceu a medida de resolução pela comunicação social.

Eu pergunto-lhe se mantém esta afirmação, tendo em conta que o senhor era a quem Ricardo Salgado ligava, era a pessoa que, no Governo, tinha todas essas responsabilidades. E disse numa Comissão de Inquérito, embora por escrito, que só conheceu a medida de resolução pela comunicação social. Eu gostaria de saber se reafirma esta frase.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, eu lembro-me bem... Talvez não se lembre em que dia é que eu fui nomeado para Comissário Europeu. Eu fui nomeado para ser Comissário Europeu no dia 1 de agosto. Obviamente que, a partir daí, todas as discussões do Governo eram discussões em que eu poderia estar envolvido ou não, mas estamos a falar aqui da resolução, que é uma medida do Banco de Portugal.

Se o Sr. Deputado quer que eu faça qualquer declaração sobre o que é que eu acho de algo que foi feito pelo Banco de Portugal, que é a resolução

de um banco, eu posso dar uma opinião política sobre isso, sobretudo como Comissário, aquilo que foi a união bancária, aquilo que se fez durante estes anos, mas não sou eu que vou falar sobre uma resolução feita pelo Banco de Portugal.

Para mim, a questão de eu saber ou não também não tem relevância, no sentido de que a minha função era a monitorização das reformas estruturais do Memorando da troica e, nessa altura, estava eu entre Lisboa e a começar as discussões com o Presidente da Comissão Europeia, com aqueles que me iam nomear para uma determinada tarefa na União Europeia, neste caso, na Comissão, e eu tinha de ter essas conversas a partir do dia 1 de agosto.

Obviamente que, nessa altura, eu não estaria com o mesmo nível de informação, e tudo isso realmente é verdade. Eu soube pelos jornais, mas não tinha de saber de outra maneira.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — A 1 de agosto é nomeado, mas só sai das funções de Secretário de Estado a 10 de setembro, se não me engano. Poderia estar envolvido nessa discussão.

Referiu a questão da troica, e de facto essa era a sua responsabilidade maior no Governo. E é curioso que nas duas respostas que dá, quer relativamente à reunião de maio, quer relativamente ao telefonema de junho, a sua preocupação é em torno da conclusão do Programa de Assistência.

Na primeira diz: «A fase delicada que vivíamos de conclusão do Programa de Assistência» e depois, em junho, diz que «podia haver implicações para o processo de saída do programa em que Portugal se encontrava».

É curioso que refira esse tema da saída nos dois momentos, porque, na verdade, a sua grande preocupação era aquilo que o seu Governo chamou de saída limpa do programa da troica.

A minha pergunta é: se a atuação do Governo tivesse sido outra, poderia ter sido posta em causa essa tal saída limpa?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Essa pergunta é muito especulativa. Eu não posso especular sobre isso.

Aquilo que eu posso dizer é que nós conseguimos, durante aqueles anos, trazer uma credibilidade para o País que não existia, e construir essa credibilidade passo a passo.

A decisão dessa saída limpa é uma decisão que é tomada pelas instituições que nos acompanhavam e que estavam ao corrente de todas as situações que se passavam em Portugal em todos os setores, e que chegaram à conclusão que, naquele dia, Portugal tinha conseguido algo que muitos países nunca tinham conseguido, que era ter mais de 400 medidas feitas, concluídas, num país que esteve em grandes dificuldades, que chama a troica porque não tinha dinheiro para pagar aos funcionários públicos. O Ministro Teixeira dos Santos disse, na altura: «Em maio já não há dinheiro».

Essa decisão da saída limpa é uma decisão que só nos pode orgulhar. E só nos pode orgulhar como portugueses. E não estou aqui a falar em questões partidárias, estou a falar como portugueses.

Nos meus cinco anos de experiência, as pessoas continuavam a olhar para Portugal e diziam: «Extraordinário! Como é que conseguiram fazer isso? Como é que foi possível em tão pouco tempo?»

A minha focalização era realmente nessa finalização, mas ela não dependia de mim, dependia daquilo que eram as conclusões das instituições

exteriores a Portugal, que estavam cá e de que nós nos conseguimos livrar. Isso foi, realmente, muito importante para o País.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sim, mas a minha pergunta era especificamente sobre a resolução do BES. Ou seja, se a atuação do Governo tivesse sido outra na resolução do BES, se isso poderia ter posto em causa aquilo a que chamaram «saída limpa», porque nós vemos que a sua preocupação quando sai da reunião de maio e do telefonema de junho é precisamente em relação às condições de saída do programa da troica.

A resolução é feita só em agosto, quando os problemas se conheciam desde maio/junho.

A minha pergunta é: acha que se a atuação do Governo tivesse sido outra, poderia ter posto em causa a chamada «saída limpa»?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, os problemas que eram conhecidos naquela altura, e nessas reuniões, eram os problemas do GES, uma empresa não financeira, e em que todas as autoridades, o regulador, tinham estabelecido aquilo a que se chamava em inglês um *ring-fencing*, uma proteção entre essas duas entidades.

Eu estou a dizer-lhe isto, aqui, não como governante; era também a informação que eu tinha, que era pública, que todos sabíamos.

Quanto a saber o que é que teria sido diferente, eu não lhe posso responder. Mas que aquilo era o que tinha de ser feito e o que nós fizemos na altura e que essa resolução foi uma decisão construída pelo Banco de Portugal, isso os Srs. Deputados terão pessoas aqui com muito mais conhecimento sobre essa matéria do que eu para lhes fazerem essa pergunta.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Uma última pergunta que gostava de lhe fazer tem que ver também com as suas respostas na anterior Comissão de Inquérito, em que lhe é perguntado se alguma vez o BES foi tema de conversa com a troica.

Em várias perguntas é feita esta menção, e na sua resposta tem o cuidado de especificar que nunca esteve presente em reuniões sobre este tema que tivessem tido lugar no Banco de Portugal.

Ora, a pergunta que lhe foi feita não era esta, não era se tinha estado em reuniões que tiveram lugar no Banco de Portugal sobre o tema BES. Por isso, coloco-lhe agora a pergunta: o tema do BES alguma vez foi discutido com a troica, independentemente do lugar onde essas reuniões foram feitas? Mesmo fora do Banco de Portugal, porque aí já sabemos que não participou, mas se alguma vez o tema do BES foi tema de conversa com os representantes da troica.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Na minha presença, de certeza que não, porque imagine o que era tratar... Eu percebo que nesta Comissão estão a tratar de um problema do setor financeiro, que é muitíssimo relevante, mas estamos a esquecer-nos do que era o dia a dia, de olhar e ir de manhã para o Ministério da Justiça e ver o que é que íamos fazer sobre a justiça, sobre o mapa da justiça; depois, ir para o Ministério da Economia e ver a lei da concorrência; depois, ir para o Ministério da Saúde e ver como é que nós podíamos ter uma saúde em que não tínhamos dívidas constantes a fornecedores. Isso era a minha vida. E ir para o Ministério da Segurança Social...

Eu não tinha tempo físico para estar em reuniões, nem a troica tinha tempo para isso, para estar a falar comigo sobre problemas que estava a falar com outros e que não dependiam daquilo que era a minha função.

Portanto, esse ponto de discussão nunca existiu entre mim e membros da troica.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Muito obrigada.

Sr. Presidente, queria, em primeiro lugar, cumprimentá-lo a si e cumprimentar também o Dr. Carlos Moedas.

Confesso que tive alguma dificuldade em preparar esta audição, porque, na realidade, não lhe estamos a colocar questões sobre nenhum facto novo.

As reuniões que houve com o Dr. José Honório e com o Dr. Ricardo Salgado, de que quer ele quer o Dr. Ricardo Salgado deram aqui abundante conhecimento na anterior Comissão de Inquérito, foram alvo de perguntas a vários responsáveis, que responderam, foram alvo de análise num relatório e, até agora — espero que ao longo desta audiência seja possível encontrar algum facto novo —, a verdade é que eu não tenho conhecimento de nenhum facto novo sobre o qual o possa confrontar. Mas há uma coisa que eu gostava que precisasse, porque as comissões de inquérito não são um debate político, mas é normal que haja visões políticas.

Foi aqui acusado de um padrão de não atuação. Eu ainda não percebi se o problema foi a atuação ou a não atuação, ou seja, se o problema foi receber responsáveis do GES, como se não fosse normal os membros do Governo receberem responsáveis de sociedades não financeiras, sobretudo daquela dimensão — eu, pelo menos, enquanto fui membro do Governo,

recebi milhares de empresas —, e não me parece que isso constitua mais do que a obrigação de um membro do Governo.

Eu gostava de fazer aqui um bocadinho a história alternativa, porque, na realidade, tanto quanto se percebe, aquilo que lhe foi exposto era no sentido de suscitar uma intervenção.

Aliás, tanto quanto nos diz o Dr. José Honório, era muito simples: aquilo que era pedido era uma intervenção política, seja isso o que for, porque, na realidade, o Governo não pode dar ordens a bancos, muito menos a bancos privados, mas em boa verdade, sobre processos de crédito particulares, nem ao público, e sobretudo não deve, mas aquilo que foi pedido era que fosse dada uma palavrinha, quer à Caixa quer a um outro banco, para que financiassem potenciais investidores no GES.

Isto parece-me absurdo, para além de completamente ilegal, mas aparentemente começa a formar-se a ideia de que isto seria uma coisa com pés e cabeça e que faria todo o sentido. Não teríamos nenhum problema se o Governo tivesse feito isto que aparentemente o Dr. Ricardo Salgado via com naturalidade. Alguma coisa me diz que não era assim tão inédito quanto isso.

Eu gostava de saber, já que estamos a discutir o que poderia ter acontecido, se nos consegue explicar, o que é que teria acontecido se por acaso o Governo desse estas palavrinhas e se a Caixa Geral de Depósitos e outro banco tivessem financiado o GES.

O que é que isso significa? Porque, de facto, o problema teria sido adiado, teria aparecido mais tarde. Mas de que dimensão seria e que dimensão teria para os contribuintes?

Muito obrigada.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr.ª Deputada, muito obrigado.

Dois pontos essenciais sobre a sua pergunta: o primeiro é que nunca, de acordo com a maneira de atuar do Primeiro-Ministro, poderia ser sequer admissível para um membro do Governo, e sobretudo alguém como eu, tão próximo dele, fazer qualquer tipo de telefonema a um banco para pedir algum tipo de crédito ou influenciar nesse sentido.

Isso era uma coisa completamente fora daquilo que era o ADN daquela governação. Isso era uma coisa que estava fora de tudo aquilo que se poderia imaginar. Nunca nos passaria pela cabeça, nunca me passou pela cabeça.

Eu sei que, em Portugal, durante muitos anos, havia, de certa forma, governantes que telefonavam para a Caixa Geral de Depósitos e que pediam esse tipo de favores, mas não é, não foi e nunca será a minha maneira de estar na política, nem era a maneira de o Governo a que pertenci estar na política.

Depois, Sr.^a Deputada, em relação a olhar para aquilo que foi o meu método de atuação — e agradeço-lhe a pergunta —, que foi o trabalho contínuo durante aqueles anos, de conseguir que tudo fosse realizado, que conseguíssemos realizar todo aquele esforço do dia a dia, é realmente um dos pontos talvez mais importantes daquilo que foi a minha carreira profissional e daquilo de que me orgulho, por termos conseguido, em tão pouco tempo, tanta capacidade de realização de obra, que era conseguir que Portugal saísse daquela situação.

Nesse sentido, é realmente com orgulho que estou aqui, também, neste momento. Mas estou de acordo, Sr.^a Deputada, realmente não há aqui nada mais que lhe possa dizer sobre este tema.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Não tendo, para já, no meu poder nenhum facto novo que já não tenha analisado cabalmente em 2014, não tenho mais questões para colocar, sem prejuízo de, se surgir algum facto que seja inovador face ao que conhecemos

desde 2014, eu poder pedir mais algum esclarecimento, mas, para já, não tenho.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

De seguida, tem a palavra o Sr. Deputado André Silva, do Grupo Parlamentar do PAN.

O Sr. **André Silva** (PAN): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia. Cumprimento todas e todos os presentes e dirijo um cumprimento especial ao Eng.º Carlos Moedas.

Começo por lhe agradecer a sua presença nesta Comissão e dizer-lhe que parte da responsabilidade por estar aqui é do PAN, porque nós relembrámo-nos de um conjunto de reuniões com altas figuras de Estado em que Ricardo Salgado levou o Dr. José Honório enquanto consultor informal. Na lista destas altas figuras incluía-se o seu nome, tal como o de Paulo Portas, Maria Luís Albuquerque, entre outros.

O Partido Socialista aproveitou esta deixa e decidiu chamá-lo para começar assim a sua campanha eleitoral para a Câmara Municipal de Lisboa, brincando com esta Comissão de Inquérito, que, ainda por cima, por falta de tempo, teve de abdicar de fazer um conjunto de audições.

Podíamos estar aqui a ouvir já, por exemplo, Rui Pinto, para esclarecer e apresentar os documentos sobre as ligações do antigo BES ao BES Angola e um alegado desvio de 600 milhões de euros através da criação de empresas meramente instrumentais, depósitos fictícios e transferências bancárias para *offshores*, como as Ilhas Virgens Britânicas e as Seychelles; mas, não, o Partido Socialista prefere brincar às campanhas eleitorais e continuamos a

ter de esperar mais umas semanas para ouvir Rui Pinto e ouvir o que nos tem a dizer sobre o BES Angola.

No fundo, trata-se do mesmo Partido Socialista que tanto dramatiza e fala de leis *ad hominem* quando o PAN aqui apresenta projetos de lei sobre o modelo de nomeação do Governador do Banco de Portugal ou a transparência das ligações de políticos à maçonaria, do mesmo Partido Socialista que, para velar pelos interesses de Fernando Medina, decide fazer uma audição *ad hominem* e pedida em cima do joelho. É lamentável.

Mas, aproveitando aqui a sua presença nesta audição, não posso deixar de lhe colocar algumas questões que, apesar de tudo, poderão ser úteis para os trabalhos desta Comissão.

Em primeiro lugar, refiro a famosa reunião que teve com José Honório.

É sabido hoje que, pouco antes da queda do BES, o Dr. José Honório aceitou, por convite do Dr. Ricardo Salgado, ser uma espécie de consultor informal do GES — trabalhava, mas não recebia —, tendo participado em algumas conversas privadas informais com os membros do Conselho Superior do GES, destinadas a identificar caminhos para a resolução da crise do grupo e em os acompanhar a reuniões com altas figuras do Estado.

Nessas reuniões com decisores políticos, o Dr. José Honório reuniu consigo, enquanto Secretário de Estado-Adjunto do Primeiro-Ministro, para falar da situação do GES, na altura já muito delicada.

O Dr. José Honório, que tinha a tal estranha posição de consultor informal, que trabalhava, mas não recebia, disse-nos aqui que informou as pessoas que estavam na reunião dessa posição, e depreendo que a si também.

O que eu lhe pergunto é se, nessa reunião, o Sr. Eng.º Carlos Moedas não achou estranha a posição do Dr. José Honório e se questionou o porquê da presença na reunião e na qualidade em que se apresentou.

Pergunto se, enquanto estive no Governo, e interpretando de forma livre as suas palavras, de que, no fundo, na posição que ocupava na orquestra, lidava com assuntos sensíveis e que os discutia com vários membros dessa orquestra, se era comum o senhor ou algum membro do Governo discutir temas sensíveis, desta natureza, com consultores informais.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Muito obrigado, Sr. Deputado. E muito obrigado pela introdução à pergunta.

Em relação àquela reunião, é verdade que eu estava muito atarefado e achei estranho, realmente, que o Dr. Ricardo Salgado viesse com uma outra pessoa, que eu não sabia que era seu consultor na altura. Mas, quando a pessoa está no Governo, essas situações podem acontecer, ou seja, pode haver um presidente de empresa que venha com duas ou três pessoas.

Normalmente, essas pessoas são membros do Conselho de Administração dessa empresa.

Naquele caso, era alguém que eu até olhava como um antigo presidente de outra empresa, portanto, realmente, no meu primeiro contacto, senti alguma estranheza, mas acontece, efetivamente, que uma empresa traga pessoas, que são consultores ou advogados, para ter este tipo de reuniões. Mas, sinceramente, não pensei muito nisso, Sr. Deputado.

O Sr. **André Silva** (PAN): — Acabou de dizer, e eu concordo consigo, que é normal que uma empresa, neste caso um banco, quando vai para uma reunião, vá acompanhado de assessores — estamos todos de acordo.

Tendo em conta aquela que é a sua experiência, as regras apertadas de regulação de *lobbying*, com que lidou na Comissão Europeia, considera aceitável que, neste tipo de reuniões, estejam presentes consultores informais?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, esta era uma reunião que não tinha muito de especial, até porque aquilo de que eles me vinham falar era exatamente de uma empresa privada do setor não financeiro, que era o GES. Não eram assuntos sensíveis, até porque eu não podia nem tinha conhecimento sobre nenhum tipo de assunto sensível no setor financeiro, não os conhecia, não estava a tratar deles.

Aquilo de que me recordo daquela reunião e aquilo que tenho nas minhas notas é de uma reunião em que se vinha falar de um grupo chamado Espírito Santo, da parte não financeira desse grupo.

É o que lhe posso dizer sobre isso, Sr. Deputado.

O Sr. **André Silva** (PAN): — Muito bem, estou esclarecido.

O Prof. Costa Pinto disse-nos, nesta Comissão, que o momento adequado para uma intervenção no BES, e para travar a grave situação que depois se veio a verificar, teria sido o momento em que este foi o único dos bancos sistémicos a recorrer à bolsa de apoio prevista no programa de ajustamento assinado com a troica, que impunha, como contrapartida, uma redução em poucos meses, o rácio da transformação de depósitos em créditos.

O Prof. Costa Pinto disse-nos que uma intervenção nesta ocasião unilateral pelo Banco de Portugal teria sempre grandes repercussões para o sistema financeiro a nível internacional e nacional, mas que tal poderia ter sido ultrapassado com respaldo político do Governo.

O que lhe pergunto é se concorda com esta opinião e se tem memória de, na época, o Banco de Portugal ou o anterior Governador, Carlos Costa, terem colocado a necessidade deste respaldo político e de se realizar esta

intervenção, e se, no Governo, de alguma forma, se discutiu a necessidade desta intervenção.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, a expressão «respaldo político» deixa-me sempre um bocadinho incomodado, porque acho que, no fundo, o sistema não deve funcionar com respaldos, favores e amiguismos.

Nesse caso em particular, não lhe sei dizer, não é algo em que eu tenha estado envolvido ou que tenha presente, portanto, não lhe posso dizer o que é que seria melhor ou pior, sobretudo em relação a temas que tocam ao Banco de Portugal.

O Sr. **André Silva** (PAN): — Sobre o BES Angola, o Dr. Moreira Rato e o Dr. José Honório afirmaram-nos aqui que, quando aceitaram o desafio de ir para o Novo Banco, a exposição ao BES Angola era uma das questões preocupantes do banco e que teriam sido informados pelo Banco de Portugal de que essa questão estava a ser tratada pelas autoridades dos dois países, com boas perspetivas de ser clarificada no curto prazo e sem impacto material nas contas do BES.

Lendo o relatório Costa Pinto, percebemos que estas boas perspetivas não existiam e que estávamos perante um castelo de cartas pronto a ruir, uma vez que, em 2014, um eventual reconhecimento da incobrabilidade destes créditos teria eliminado os fundos próprios do grupo GES.

Nos seus últimos meses no Governo, o senhor vê a equipa liderada por Vítor Bento aceitar o desafio de ir para o Novo Banco com a ideia de que a recapitalização privada do banco era possível. Na altura, o Sr. Engenheiro achava que esta recapitalização era realmente possível, face ao peso do BES Angola no Novo Banco?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, peço-lhe desculpa, mas a verdade é que esses conhecimentos técnicos em relação ao BES Angola eu não os tenho nem tenho de os ter.

Qualquer coisa que eu diga nesta Comissão de Inquérito sobre esse ponto poderiam ser meramente opiniões, algo que eu tenha lido, e não penso que deva fazer isso.

Peço-lhe desculpa, não é não querer responder à sua pergunta, é que não tenho dados para isso e não devo falar sobre temas se deles não tenho conhecimento.

O Sr. **André Silva** (PAN): — Muito bem.

Soubemos aqui também que a equipa liderada pelo Dr. Vítor Bento defendia que a solução para o reembolso ao BES da exposição proveniente das linhas de mercado monetário que o BES tinha concedido ao BES Angola poderia passar por um instrumento contratual que fosse reconhecido em termos internacionais e aceite pelo Banco Central Europeu.

Tendo em conta as boas relações que mantinha com a troica e com o BCE (Banco Central Europeu), o que lhe pergunto é se alguma vez esta solução lhe foi a si, direta ou indiretamente, colocada ou se a defendeu como via de solução do problema do reembolso ao BES da exposição ao BES Angola.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, nunca falei sobre essa solução nem tinha de falar, não era parte das minhas funções.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Cotrim de Figueiredo, do Iniciativa Liberal.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente, a quem cumprimento.

Sr. Eng.º Carlos Moedas, uma saudação também para si.

O Sr. Engenheiro perdeu aqui hoje uma oportunidade de fazer talvez a audiência mais curta da história das comissões parlamentares, porque, de facto, factos novos a que nos pudesse responder... Eu tive oportunidade de ler as respostas que deu por escrito à última Comissão de Inquérito que versou sobre o BES. Acabou por as confirmar *verbatim*, o que, aliás, não é de espantar.

Nesse sentido, vou apenas fazer uma pergunta factual e abordar duas matérias de opinião, na sua qualidade de pessoa interessada na vida pública, de uma forma geral, e como integrante do Governo que cessou funções em 2015.

A pergunta factual é: independentemente de todos estes contactos que houve e do seguimento que foi ou não dado a cada um deles, o tema do Grupo Espírito Santo e do Banco Espírito Santo era objeto de conversas informais entre membros do Governo de alguma forma ou feitio?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, muito obrigado.

Não comigo. Ou seja, este é um tema muito específico e era um tema tão delicado, portanto, na minha presença, ou na minha presença com membros do Governo, eu nunca falei sobre este tema, nem formal nem informalmente.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — As duas outras questões têm que ver com a sua opinião sobre aquilo que, entretanto, foi sabendo. Como foi também depoente na última Comissão de Inquérito, certamente teve a oportunidade de reler aquilo que estava em causa.

Qual é a sua opinião sobre aquela que é a qualidade da supervisão bancária em Portugal até 2014, altura em que estes acontecimentos tiveram lugar?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, aquilo que eu lhe posso responder tem que ver, realmente, com o que vivi, e que foi para mim uma das grandes mudanças em relação à supervisão bancária em geral e ao nível europeu. Foi mais uma vez um exemplo de que há hoje na Europa uma necessidade de mais Europa numa série de setores. E hoje vimos isto com a pandemia, e também em relação à banca.

Aquilo a que eu assisti foi à construção de um pilar essencial para todos nós, que é a união bancária. Seja pela supervisão única a nível europeu, seja através de um mecanismo de resolução único europeu.

Infelizmente, ainda não conseguimos, a nível europeu, ter aquilo que é a garantia de depósitos.

Essa é uma evolução, para quem não está dentro da matéria, difícil de acompanhar, porque ela foi evoluindo muito desde 2012, 2014, 2015, e tem estado sempre a evoluir.

Aquilo que lhe posso dizer é que foi sempre evoluindo para melhor, porque a supervisão para bancos, diria, de um determinado tamanho, de um determinado volume de negócios, tem de ser feita a nível europeu, e é isso que está a ser feito.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Eu referia-me especificamente ao período até 2014 e a essas alterações começarem a ter lugar.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Eu acho que, aí, o período fala por si. Quando comparamos a crise que tivemos com a crise nos Estados Unidos, vemos que a Europa não tinha os instrumentos e que a diferença entre a crise financeira nos Estados Unidos e na Europa foi que nos Estados Unidos, basicamente, num ano e meio, foi resolvida, e na Europa nós passámos, até 2014, a discutir se a responsabilidade era dos governos ou se a responsabilidade era da Europa. Esse *ping-pong* de responsabilidades, no fundo, criou-nos uma crise maior, mais profunda, e tivemos mais dificuldade em resolvê-la.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Sobre as responsabilidades e as competências concretas do supervisor e regulador da atividade bancária em Portugal, portanto, o Banco de Portugal e o seu departamento de supervisão, não formou uma opinião?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Não tenho uma opinião concreta sobre essa matéria, Sr. Deputado. A minha visão aqui é sobre a supervisão que hoje temos, que é realmente muito melhor do que sempre foi e que tem um papel europeu que não existia.

Esse controlo, através de uma supervisão europeia, parece-me, politicamente, porque não tenho condições para lhe responder tecnicamente, muito superior àquele que existia antes.

Não vou fazer comentários sobre o regulador português antes de 2014.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — A segunda área em relação à qual eu gostava de saber a sua opinião é sobre a forma de atuação do Banco de Portugal, de uma forma mais geral, e sobretudo a sua cultura, não de independência, que essa é garantida constitucional e legalmente, mas da sua cultura de funcionamento interno, de secretismo e de funcionamento por silos, que aqui tão bem foi caracterizada, não só pelo Dr. Costa Pinto, mas por outros colaboradores e ex-colaboradores do Banco de Portugal.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, a opinião que eu tenho é a de que, realmente, em Portugal, e também em outros países da União, as administrações públicas e também os reguladores funcionam exatamente nestes silos que descreve o Dr. Costa Pinto, e que temos de conseguir, de certa forma, ter um diálogo e uma capacidade de reforma para que isso não aconteça, em que as pessoas falem entre departamentos.

E como é que isso se faz? Através, primeiro, da motivação das pessoas. Há uma grande desmotivação, tanto nos funcionários públicos, como nos funcionários dos reguladores, que têm de ser motivados exatamente para uma maneira diferente de trabalhar, em que não podemos trabalhar em silos, mas sim numa matriz em que há contacto entre os vários serviços.

Essa é uma opinião mais geral. Não sou especialista na matéria em questão, Sr. Deputado.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Muito obrigado, Sr. Engenheiro.

Não tenho mais perguntas a fazer, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Segue-se no uso da palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia, do PS.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Obrigado, Sr. Presidente.

Começo por cumprimentar o Eng.º Carlos Moedas.

Vou fazer quatro notas prévias.

Primeira nota prévia: a instabilidade financeira é uma responsabilidade partilhada pelo Governo e pelo Banco de Portugal, não é uma responsabilidade exclusiva do Banco de Portugal.

Segunda nota prévia: o Eng.º Carlos Moedas foi Secretário de Estado-Adjunto do Primeiro-Ministro, era uma peça essencial na ação do Governo e, para além de acumular a sua presença nas reuniões do Conselho de Ministros, porque foi um Secretário de Estado com um título especial, foi também coordenador da estrutura que acompanhou e monitorizou a implementação das medidas do Memorando de Entendimento.

Terceira nota prévia: a omissão e a inação são também formas de intervir.

Quarta nota prévia: a reunião que tem com o Dr. Ricardo Salgado no dia 2 de maio obedece a um histórico de factos e de acontecimentos, e eu começaria por aí.

Em março de 2014, Ricardo Salgado tomou conhecimento de que a alteração profunda na *governance* do BES, determinada pelo Banco de Portugal, passaria pelo afastamento da família Espírito Santo dos órgãos sociais do grupo BES. Ricardo Salgado reage e escreve ao Governador.

Na carta de 31 de março, Ricardo Salgado fala do BES e da exposição do banco ao Grupo Espírito Santo. Bateu o pé ao Governador para, no seu entender, falar das consequências do afastamento da família Espírito Santo.

Disse Ricardo Salgado, nessa carta, que estaria em causa o aumento de capital do BES programado para junho desse ano, uma significativa saída de liquidez por parte dos clientes institucionais venezuelanos e angolanos, detentores de aplicações na ordem dos 4000 milhões de euros, e a abertura do caminho para a nacionalização do BES Angola, com todo o impacto para o BES.

Além de escrever ao Governador, Ricardo Salgado reuniu com o Presidente da República, Cavaco Silva, com o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, com a Ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, e com o Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso.

A carta dirigida ao Governador, cujo resumo fiz há pouco, foi lida a estas autoridades políticas. A última destas reuniões ocorreu no dia 8 de abril.

Nesse mesmo dia, Ricardo Salgado foi chamado ao Governador, que lhe transmitiu a decisão do Banco de Portugal de suspender o afastamento da família Espírito Santo até ao aumento de capital do BES. O Banco de Portugal decidiu, assim, retirar a alteração à *governance* da ordem de trabalhos da assembleia-geral.

O anúncio da saída limpa foi no dia 4 de maio e a referida assembleia geral do BES foi no dia 5, já sem alteração à *governance*.

Primeira pergunta: se o tema do GES/BES nunca foi discutido em Conselho de Ministros, pergunto que temas do sistema financeiro eram discutidos em Conselho de Ministros. É que, quando o ex-Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho reage às declarações da ex-Ministra Assunção Cristas, sobre a não discussão da resolução do BES em Conselho de Ministros, disse: «Não discutimos esse tema em concreto, mas discutimos problemas do sistema financeiro».

O senhor tinha assento no Conselho de Ministros. Explique-nos que temas do sistema financeiro é que eram lá discutidos.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vou só fazer, também, um ponto prévio da minha parte: vou repetir quais as minhas funções nesse Governo, porque acho que é importante o Sr. Deputado saber quais eram essas funções.

Como Secretário de Estado-Adjunto do Primeiro-Ministro, tinha a capacidade, tinha a função e a competência de monitorizar as reformas estruturais que estávamos a fazer na economia: a nova lei da concorrência, a saúde e aquilo que eram as dívidas dos vários hospitais, que não eram pagas e que nós reduzimos, a reforma no sistema de justiça. Todas essas reformas eram a minha função.

Eu tinha assento no Conselho de Ministros como Secretário de Estado e sem direito a voto, mas não é por isso que não conhecia tudo aquilo que se discutia no Conselho de Ministros.

Não lhe posso agora dizer tudo aquilo que, há seis anos, foi discutido em termos de propostas de lei no Conselho de Ministros. Se eu conseguisse fazer isso, era um super-homem. Lembrar-me das discussões no Conselho de Ministros de há seis ou sete anos, daquilo que falava, primeiro, o Dr. Vítor Gaspar — que, aliás, ouvíamos sempre com muita atenção, pela sua inteligência, pela sua capacidade de explicar —, depois, a Dr.ª Maria Luís Albuquerque... Eu não lhe posso especificar aqui que temas é que foram discutidos, porque se eu quisesse responder à sua pergunta ou estava a mentir ou estava a especular. Eu não o vou fazer.

Não sei se o Sr. Deputado já esteve num Governo, mas quando se está no Governo e se tem um Conselho de Ministros todas as semanas... O Sr. Deputado perguntou-me se eu me lembro do que é que há seis anos discuti em cada Conselho de Ministros. Eu não lhe posso dizer.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não foi essa a pergunta.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Peço desculpa, pode repetir, então, a sua pergunta, Sr. Deputado?

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Com certeza. Com todo o gosto, se não me for descontado o tempo.

Eu disse que quando a ex-Ministra Assunção Cristas tornou público que a resolução do BES não foi discutida na reunião de Conselho de Ministros e que o assunto do BES nunca foi levado a Conselho de Ministros, o ex-Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho reagiu, dizendo que não foi discutido esse tema em concreto, mas eram discutidos outros temas relacionados com o sistema financeiro.

Ora, outros temas relacionados com o sistema financeiro não são temas banais nas reuniões do Conselho de Ministros, ainda para mais para quem coordenava a estrutura que acompanhava a implementação das medidas do Memorando de Entendimento. É uma pergunta específica, não é uma pergunta genérica.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, vou, então, reler, porque tenho aqui alguns exemplos das respostas que dei em 2015... Se o Sr. Deputado me der um minuto, eu vou ler-lhe exatamente aquilo que já escrevi.

Portanto, aqui estou novamente, e vou ler devagar, com atenção: «No âmbito das minhas funções, e nas reuniões trimestrais com as equipas da troica de acompanhamento estrutural da economia portuguesa, discutíamos todas as questões que podiam afetar a economia portuguesa, entre elas questões relacionadas com o sistema financeiro: dificuldades de concessão

de crédito às empresas — ponto 1; código das insolvências — ponto 2; união bancária — ponto 3.

Por uma questão de independência institucional do Banco de Portugal, nunca estive presente em reuniões que tivessem lugar no Banco de Portugal relativas ao sistema financeiro.»

Ou seja, se a pergunta é se num Conselho de Ministros discutimos temas como crédito às empresas, sim; se discutimos códigos das insolvências, sim; se discutimos a união bancária, porque o Sr. Primeiro-Ministro ia a Bruxelas e tinha de discutir em Bruxelas e era tema de Conselho Europeu, sim.

Sobre os detalhes do que discutimos, não me lembro nem me posso lembrar. Seria realmente extraordinário que isso acontecesse. É só o que lhe posso dizer.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Eu não estava a apelar para o brilhantismo da sua memória, estava só a apelar para aquilo que é a retina da memória.

Até porque é espantoso que discutiam temas do sistema financeiro, mas não discutiam os principais temas do sistema financeiro, nomeadamente a questão do GES e da exposição do BES ao GES. E depois a resolução do BES foi o que foi, nem sequer foi discutida em Conselho de Ministros.

Confirma que o Sr. Primeiro-Ministro, ou outro qualquer membro do Governo, nunca falou consigo sobre estas reuniões — as reuniões que foram mantidas em abril, no início de abril de 2014?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sobre que reuniões, Sr. Deputado? O Sr. Deputado disse-me «falou sobre estas reuniões». Quais reuniões?

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Eu falei há pouco, na minha primeira intervenção, que o Dr. Ricardo Salgado reuniu com um conjunto de autoridades políticas, disse quais e disse o que é que foi tratado nessas reuniões. Estou a perguntar-lhe se algum destes membros do Governo que reuniram com o Dr. Ricardo Salgado nos primeiros dias de abril e que tiveram acesso a informação relevantíssima conversou consigo sobre o tema destas reuniões.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Não, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Por altura da reunião do dia 2 de maio, o Eng.º Carlos Moedas sabia do aumento de capital do BES que estava programado para junho?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Não. Não tinha mais conhecimento do que o conhecimento que fosse público nessa altura.

Antes de vir para aqui, eu podia ter estado a fazer um *timeline*, a estudar aquilo que sabia ou que não sabia quando aconteceu, mas a realidade é que esses não eram temas que me dissessem respeito.

Nessa altura, saberia o que os outros poderiam saber, o que as pessoas sabiam. Não era, de todo, um tema que era discutido comigo, nem formal nem informalmente.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Quando é que o Governo decidiu anunciar a saída limpa?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Aquilo que tenho nas minhas notas é que as últimas reuniões que tivemos foi por volta de 1, 2 de maio, que o anúncio deve ter sido feito por volta de 4 de maio e, depois, a saída efetiva, dia 17 de maio, se a memória não me escapa.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Então, está a dizer-nos que a decisão foi tomada por volta de 1, 2 de maio e o Governo, o que é público, anunciou a saída limpa no dia 4 de maio.

O Eng.º Carlos Moedas reuniu com o Dr. Ricardo Salgado no dia em que decidiram anunciar a saída limpa, quando já o Governo tinha muita informação sobre o que se passava no BES e a exposição do BES ao GES. E, mesmo assim, mantiveram a decisão da saída limpa.

Há uma pergunta que lhe queria fazer: se a assembleia-geral do BES se realizasse com aquela alteração à *governance* e com a guerra que certamente iria resultar da aprovação da alteração à *governance*, na assembleia-geral do BES, no dia a seguir ao anúncio da saída limpa, isto iria obviamente desfigurar o discurso ensaiado da saída limpa.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — O Sr. Deputado pode e tem todo o direito — e eu respeito isso — de estar a comparar tempos diferentes, reuniões que não têm nada que ver umas com as outras.

O segundo ponto que também queria esclarecer é que não há uma decisão de saída limpa; é uma decisão conjunta com aquilo que é a Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu. Não era uma coisa que nos apetecia e dizíamos «agora, dia 2 de maio, é quinta-feira, vamos fechar isto...». Não era assim, não se fazia assim.

Nós tínhamos reuniões constantes, todos os dias, até lutar para conseguir dizer «esta medida fechou, esta não fechou, vocês não fizeram isto, não podemos fechar o programa,...».

Primeiro, as duas coisas são completamente separadas, esses *timings*. Se tive a reunião no dia 2 de maio ou não, por acaso nunca pensei que coincidia nem me lembrava disso, e não tenho de me lembrar disso. Mas não são coisas que tenham a ver uma com a outra, e, sobretudo, não é uma decisão do Governo anunciar... O Governo lutou para conseguir e quando fez e fechou, assim fez: anuncia, e com muito orgulho para todos nós. Acho que, como portugueses, devíamos ter orgulho nisso.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Já referiu por diversas vezes o tempo que empregou a fechar as medidas das tais reformas de que falou. Isso é muito discutível, mas numa segunda ou numa terceira ronda de perguntas também estou disponível para discutir isso consigo.

Regressando ao histórico dos factos, no dia 17 de abril reuniu o Conselho Superior do Grupo Espírito Santo para tratar do enorme passivo financeiro de algumas empresas do grupo. Pelo que se sabe, nessa reunião, José Honório, mais tarde convidado por Vítor Bento para administrador do BES e do Novo Banco, sugeriu que aquela casa deveria começar a cobrar favores a determinadas entidades e pessoas.

Poucas semanas depois, Ricardo Salgado iniciou uma nova ronda de contactos com as autoridades políticas, e desta vez Ricardo Salgado decide juntar Carlos Moedas à lista. Reuniu consigo a 2 de maio. Aliás, esta segunda ronda começou por si.

Como surgiu o contacto com Ricardo Salgado?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, a utilização, na sua pergunta, de uma ideia de favor penso ser uma insinuação que eu não posso admitir como pessoa. Sei que estou numa Comissão de Inquérito...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não é uma insinuação.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — É uma insinuação, Sr. Deputado. Agora, se faz favor, gostava de terminar.

Eu não tinha nenhuma relação pessoal nem profissional com o Dr. Ricardo Salgado. Não sei porque é que ele, naquele dia, me faz aquele telefonema. Sei, como pessoa, qual é a minha maneira de atuar, e os Srs. Deputados sabem quais são os factos em relação a esse telefonema, sabem aquilo que eu fiz. Portanto, o Sr. Deputado estar a dizer que há um telefonema nas semanas anteriores, em que se fala em pagar favores... Eu, sinceramente, Sr. Deputado, acho isso insultuoso.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Engenheiro, eu não falei em telefonema. Acho que não percebeu bem.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Então, não percebi. Repita, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Eu disse que, na reunião de 17 de abril do Conselho Superior do GES, o Dr. José Honório sugere que aquela casa — Grupo Espírito Santo, família Espírito Santo — devia começar a cobrar favores, e sugeriu uma lista de entidades e de personalidades a contactar.

Depois, no dia 2 de maio, o Dr. Ricardo Salgado inicia essa segunda ronda de reuniões com as autoridades políticas e começa por si. Eu não falei do telefonema.

O telefonema é no dia 2 de junho, vem mais à frente. Irei chegar lá.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — A minha posição mantém-se.

Eu pensei que o Sr. Deputado estava a falar sobre o telefonema, mas estando a falar sobre a reunião é exatamente o mesmo. Ele faz aquelas reuniões porque todos nós sabemos que, durante muitos anos, em Portugal, as pessoas queriam ver o Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, queriam ver os ministros e queriam contar os seus problemas.

Agora, o que é que isso tem que ver com a palavra «favores», não vejo... Até porque, comigo, isso nunca foi assim, nunca será assim. Toda a gente que me conhece sabe que não é assim. Estou aqui a falar não como político, mas como pessoa.

Se me viram a mim, se me escolhem para ter uma reunião, isso é apenas natural no sentido de que, em Portugal, as pessoas, durante muito tempo, pensavam que era falando com os governantes que se resolviam temas de empresas privadas, e não é assim que se resolvem os problemas. Tanto que, Sr. Deputado, nestes anos de democracia, só houve um Governo, um Primeiro-Ministro, que disse não ao Dr. Ricardo Salgado. Os factos falam por si.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Eu volto a fazer a pergunta — e peço que o meu tempo continue a não contar, porque a pergunta não foi respondida: como é que surgiu o contacto com o Dr. Ricardo Salgado?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — O Dr. Ricardo Salgado telefonou para a minha secretária e marcou uma reunião. Eu, obviamente, tratando-se do presidente de um banco — fosse o Dr. Ricardo Salgado, fosse na altura o Dr. Fernando Ulrich ou outro presidente de um banco — que me pede uma reunião, faço espaço na minha agenda para ter essa reunião.

Penso que foi assim. Não sei se isso tem muita relevância, mas, sim, houve um contacto com o meu gabinete e uma reunião. Penso que foi isso.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — A respeito dessa reunião, não se mostrou surpreendido. A respeito do telefonema do dia 2 de junho, mostrou-se muito surpreendido.

A propósito do Memorando que lhe foi entregue, o Eng.º Carlos Moedas disse que não se recorda dos números do Memorando. O Dr. José Honório disse, neste inquérito ao Novo Banco, que o Memorando transmitia uma informação sobre o passivo do Grupo Espírito Santo na casa dos 7600 milhões de euros, o que equivalia, mais ao menos, a 4,5% do PIB de 2014.

Confirma que não lhe foi transmitida esta informação?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Aquilo que eu confirmo — e tive o cuidado de fazer — é que nos meus arquivos não tenho essa informação, não tenho essa apresentação.

Quando tem uma reunião com o presidente de um banco, essa reunião não se passa com o presidente do banco a ler um Memorando ou a mostrar uma apresentação e passar página a página. A reunião passa-se numa conversa em que o presidente do banco e o Dr. José Honório dizem que têm problemas no Grupo Espírito Santo na área não financeira, e descrevem esses problemas.

Pode ter havido esse documento, o qual eu não tenho nos meus arquivos. E não tenho qualquer memória de que tenha sido esse número. Mas ali o ponto não era o número, era o que é que foi dito, e aquilo que foi dito foi essa preocupação. Mas nem o Dr. José Honório nem o presidente de um banco chegariam ao pé de um Secretário de Estado-Adjunto do Primeiro-Ministro — e penso que não o fariam com outros membros do Governo — e diziam: «Está aqui um grande buraco e isto está tudo falido».

Não é assim que as coisas se fazem, nem eles teriam dito isso. Não poderiam ter dito isso. Eu não poderia ter saído daquela reunião se me tivessem dito isso, com aquilo que lhe estou a dizer... Aquilo de que me recorde é dessa preocupação que eles me transmitiram.

Sobre o documento, não tenho esse documento no meu arquivo. Estará, seguramente, nos arquivos que estão em São Bento, onde eu deixei todo o material que tinha recebido durante esses anos de governação.

Se estiver, está aí.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Com os problemas do Grupo Espírito Santo e do BES a agravarem-se cada vez mais, nomeadamente pela notícia de que a Procuradoria do Luxemburgo tinha aberto um inquérito a três sociedades do Grupo Espírito Santo, a reunião do Conselho Superior do Grupo Espírito Santo de 2 de junho, segundo o que é público, foi marcada pelo debate de alternativas de financiamento urgente à área não financeira do Grupo Espírito Santo.

É nessa reunião que, segundo o que é público, José Manuel Espírito Santo sugeriu «pôr o Moedas a funcionar». Nesse instante, Ricardo Salgado liga-lhe a si, dá-lhe conta do inquérito a três sociedades do Grupo Espírito Santo e mostra-se surpreendido pelo facto de a Procuradoria do Luxemburgo não estar em sintonia com o Banco de Portugal e com a Comissão do

Mercado de Valores Mobiliários, no intuito de nada fazerem enquanto estivesse em curso o aumento de capital.

É quando, segundo o que é público, o Eng.º Carlos Moedas diz que conhece bem o Ministro da Justiça do Luxemburgo.

Após ouvir da boca do Dr. Ricardo Salgado que a Procuradoria do Luxemburgo abriu um inquérito a três sociedades do Grupo Espírito Santo, ou seja, um processo que se encontrava em segredo de justiça — o Luxemburgo é um Estado de Direito e, por analogia, esse processo certamente encontrava-se em segredo de justiça —, por que razão decidiu dizer a Ricardo Salgado que conhecia o ministro em causa?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: —Sr. Deputado, sobre esse tema e sobre essa conversa, que fiquemos claros, aquilo que eu fui foi aquilo que sempre sou na vida: fui polido e educado.

Quando o Dr. Ricardo Salgado me telefona, num telefonema que durou, imagino eu, 3 minutos, e me faz algumas perguntas que eu imediatamente percebi que eram estranhas e que ele me fala no ministro do Luxemburgo, eu disse: «É interessante, esse ministro do Luxemburgo é de origem portuguesa. Olhe, que orgulho para o nosso País um rapaz que saiu de Portugal com sete anos».

Eu vi esse senhor duas vezes na minha vida. Aliás, vi-o uma vez e telefonei-lhe outra. Telefonei-lhe em nome do Governo português para o felicitar e, depois, quando ele veio a Portugal com o seu Primeiro-Ministro, Xavier Bettel, nós encontrámo-nos em São Bento.

Essa é uma conversa de circunstância, mas aquilo que é claro nesse telefonema é que aquilo que se passa..., os factos são claros. Eu estranhei o telefonema, estranhei aquilo que me estava a ser pedido, e aquilo que fiz é claro que foi: não contactei nem o ministro do Luxemburgo, não contactei o

Governo do Luxemburgo e apenas mostrei estranheza, porque tinha mais que confiança com o Dr. José Matos para lhe dizer «que estranho isto que me aconteceu, telefona-me um presidente de um banco a pedir-me uma reunião consigo; isto não me faz sentido nenhum», e a conversa acabou aí.

Não sei se houve essa reunião, se não houve reunião, não sei nada disso nem me interessa.

É um telefonema normal quando a pessoa é Secretário de Estado-Adjunto do Primeiro-Ministro. A primeira regra é ser educado, é ser polido num telefonema, e foi isso que eu fiz, Sr. Deputado, foi apenas isso.

Não há mais nada sobre isso.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Disse ou não disse a Ricardo Salgado que iria contactar o Ministro da Justiça do Luxemburgo?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, aquilo que eu disse ao Dr. Ricardo Salgado é claro. Sendo polido e educado, foi dizer-lhe: «Sim, senhor, estou a ouvi-lo», «sim, senhor, estou a ouvi-lo», «estou a ver», «vou aqui estar a ouvir o Dr. Ricardo Salgado», «estou a ouvir», «vou ver»...

Não lhe disse, obviamente, como ninguém diria a um presidente de um banco, redondamente que não, se é essa a sua pergunta e se é isso que está a tentar insinuar. Mas sabia muito bem, na minha cabeça, Sr. Deputado, aquilo que ia fazer, que era não contactar absolutamente ninguém. Não ia contactar o ministro do Luxemburgo.

Sr. Deputado, eu estou a dizer isto para que me olhe nos olhos. Ou seja, aquilo que eu fiz... Os factos são claríssimos, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Disse ou não disse a Ricardo Salgado que iria contactar o Ministro da Justiça do Luxemburgo?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, eu disse aquilo que simpaticamente era dizer a um presidente de um banco: «Sim, Sr. Presidente do Banco, Sr. Dr. Ricardo Salgado, eu vejo, estou a ouvi-lo, estou a ouvir aquilo que me está a pedir.» Foi o que eu disse ao Dr. Ricardo Salgado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — A gravação desse telefonema é pública e nunca foi desmentida. Nessa gravação é claro que o Eng.º Carlos Moedas disse que iria contactar o Ministro da Justiça do Luxemburgo.

Disse ou não disse a Ricardo Salgado que o iria fazer?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Eu disse ao Dr. Ricardo Salgado que estava a ouvir o problema dele, que, como Secretário de Estado, iria pensar, iria refletir, que é aquilo que nós devemos fazer quando estamos a falar com um senhor que era um presidente de um banco.

A minha resposta é clara. O Sr. Deputado pode querer mudar a versão dos factos e dizer que eu fiz qualquer coisa. Eu não fiz nada. Aquilo que disse, Sr. Deputado, foi uma resposta educada e polida ao Dr. Ricardo Salgado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Eng.º Carlos Moedas, a pergunta é muito simples: disse ou não disse a Ricardo Salgado que iria contactar o Ministro da Justiça do Luxemburgo?

Porque tudo aquilo que acabou de dizer que disse na conversa eu não ouvi, acho que ninguém ouviu.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, a minha resposta é tão clara como a sua pergunta. Ao receber um telefonema daquele que era o presidente de um banco, o Sr. Deputado, que é um homem educado, ter-se-ia comportado, imagino eu..., teria dito exatamente aquilo que eu disse.

Eu não lhe disse que sim nem que não, obviamente. Eu disse-lhe: «Estou a ouvi-lo, Sr. Dr. Ricardo Salgado. Aqui estou», e desliguei o telefone e fui para casa e não fiz absolutamente nada, como está provado.

Os factos falam por si.

Aqui, o ponto não é o telefonema, o ponto são os factos, e os factos são que, pela primeira vez na história, um Governo disse que não a Ricardo Salgado. Ao contrário de outros Governos, nós dissemos que não a Ricardo Salgado. Não pode haver dúvida sobre isso, Sr. Deputado. Eu pertenci a esse Governo que disse não a Ricardo Salgado.

Isso é importante que fique escrito e que fique dito, porque outros não o poderiam dizer, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Eu tenho todo o prazer em fazer um debate político consigo, mas eu não estou aqui para isso. Estou aqui para lhe fazer perguntas.

Eu fiz-lhe uma pergunta muito simples, à qual o Eng.º Carlos Moedas não me respondeu. Insistentemente perguntei, e continua a não responder. Trata-se de dar uma resposta simples a uma pergunta simples. Mas como a gravação é pública, as pessoas também estão a acompanhar e tirarão as suas ilações.

Não achou estranho que, a determinada passagem do telefonema que o Dr. Ricardo Salgado lhe fez, a tal sintonia entre a Procuradoria do

Luxemburgo, o Banco de Portugal e a CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários), ou seja, que na cabeça do Dr. Ricardo Salgado estas três entidades estariam combinadas para nada fazerem antes do aumento de capital do BES? Este assunto certamente que o intrigou, quando foi para casa pensar no telefonema que recebeu.

Deu consequência a isto? Isto tem alguma explicação? A que é que ele se queria referir ao falar na sintonia entre o Banco de Portugal, a CMVM e a Procuradoria do Luxemburgo? Porque é que ele estava convencido de que nada ia acontecer até ao aumento de capital do BES?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, todo o telefonema era estranho, e daí também a pergunta do Sr. Deputado: «Mas o que é que disse?». Eu fiquei — e estou a responder-lhe com toda a sinceridade pessoal e humana — assustado; fiquei com uma estranheza enorme de porque é que aquele telefonema tinha acontecido.

Quando ele me faz essa pergunta, essa estranheza deixou-me paralisado. Eu cheguei a casa e pensei: «O que é que se está a passar? O que é que está aqui a acontecer?»

Essa estranheza foi a minha reação a esse telefonema, que foi claríssima, que já foi descrita, que já foi dita, que já foi falada e que eu já descrevi várias vezes.

O Sr. Deputado disse que não quer fazer uma discussão política, mas isto é político, Sr. Deputado. Estão aqui as respostas de 2015, estão aqui todas.

O Sr. Deputado diz que não quer fazer uma discussão política. Eu não sei o que chamar a esta discussão, mas ela só pode ser política, porque as respostas estão aqui.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Eu já lhe fiz perguntas, pelo menos uma pergunta à qual não soube responder.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Respondi, com certeza. Sr. Deputado. Sobre se eu disse sim ou não, eu disse-lhe que não disse nem sim nem não. Fiquei espantado, fiquei de boca aberta. Essa é a resposta.

Porque é que me diz que não estou a responder? Não estou a responder porque a resposta não foi sim nem não?

Sim, a resposta não foi sim nem não.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Agora está respondido.

Na segunda parte do telefonema, é-lhe pedido para interceder junto do Presidente da Caixa Geral de Depósitos para obtenção de uma linha de financiamento urgente. Disse que falaria com o Presidente da Caixa Geral de Depósitos.

Ao longo de todas as suas respostas, vai dizendo perentoriamente que não se intrometeu na área financeira do Programa de Assistência Económico-Financeira do país. Mas, então, por que razão não foi assim tão perentório nas respostas aos pedidos do Dr. Ricardo Salgado? Se nunca se intrometeu e se essa era a narrativa e a linha de pensamento e de atuação do Governo e do Secretário de Estado-Adjunto do Primeiro-Ministro, não era essa a resposta que devia dar logo de imediato ao Dr. Ricardo Salgado?

Outra pergunta: já reconheceu que falou com Dr. José de Matos sobre este telefonema, dando-lhe conta, segundo as suas palavras, da estranheza do contacto e do conteúdo da informação. Nessa conversa, foi-lhe perceptível que o assunto não era novo para a Caixa ou que o assunto da abordagem por

parte do Dr. Ricardo Salgado para uma linha de financiamento urgente por parte da Caixa não era um assunto novo para o Dr. José de Matos?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — À primeira pergunta eu repito-lhe o que disse. O Sr. Deputado pergunta: «Então, mas quando lhe telefonou o presidente do banco não disse logo ‘Sr. Doutor, eu digo-lhe já que não’?» Essa é uma resposta que, primeiro, não corresponde ao tipo de educação, de polimento que eu tenho com as pessoas. Se o Sr. Deputado me telefonar, eu não vou imediatamente cortar... E, sobretudo, era o presidente de um banco, eu tinha de ter algum cuidado, até porque eu não sabia o que é que ele tinha como conhecimento que eu não tinha.

Eu tive todo o cuidado em ser polido e educado, e gostava que isso fosse claro.

Quando eu faço esse comentário a José de Matos, foi apenas esse comentário. O Dr. José de Matos é um grande profissional, muito discreto. Portanto, eu faço-lhe o comentário e ele olha-me — eventualmente, a minha memória agora já me escapará — com algum sorriso, mas ficámos por ali. Ele não tinha de me dizer mais nada e eu também não tinha de lhe dizer mais nada, porque eu sabia exatamente as minhas funções e que eu não podia ultrapassar isso — e não queria.

Aquilo de que eu o queria avisar foi apenas dizer-lhe «olhe, isto aconteceu e eu achei muito estranho», mas não lhe posso responder porque não tenho essa memória. Até porque essa conversa foi no meio de, eventualmente, o encontrar dois ou três dias depois. Não me lembro exatamente como é que essa conversa se passou, mas lembro-me que comentei e disse «olha, achei isto muito estranho» e ele disse «sim, senhor, tomo nota dessa estranheza».

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sim, mas o intuito da pergunta era saber se o assunto, aos olhos do Dr. José de Matos, era novo ou não. Se não fosse novo, indiciava que outros contactos já tinham existido. Daí a pergunta. Mas já respondeu, dizendo que não tirou nenhuma conclusão do contacto com o Dr. José de Matos.

Eu tenho mais perguntas para fazer, mas, então, ficariam para uma segunda ronda.

Na resposta escrita à Comissão de Inquérito do BES, a respeito deste telefonema do dia 2 de junho, diz que — e passo a citar: «Na ocasião, depreendi que a situação poderia ser mais preocupante do que supunha, pelo que admiti que pudesse ter implicações para o processo de saída do Programa em que Portugal se encontrava».

Isto é uma afirmação de alguém que percebe a dimensão do contacto que lhe é feito, de que existe um problema gravíssimo no Grupo Espírito Santo. Os principais responsáveis do Governo, Primeiro-Ministro, Ministra das Finanças, já sabiam, desde abril — na primeira ronda de contactos com o Dr. Ricardo Salgado, e depois em maio, na segunda ronda de contactos com o Dr. Ricardo Salgado, incluindo aqui também o Vice-Primeiro-Ministro, Paulo Portas —, da dimensão deste problema.

O Eng.º Carlos Moedas, na reunião de 2 de maio, tem acesso a informação do Grupo Espírito Santo. Com este telefonema de Ricardo Salgado, percebe que havia um problema gravíssimo de liquidez, urgentíssima, por parte do Grupo Espírito Santo. Todos os portugueses já sabiam da exposição do BES ao GES. Não sabiam da totalidade da exposição, mas sabiam da exposição.

Estamos a falar de início de junho, com o aumento de capital a decorrer. O Eng.º Carlos Moedas diz que depreendeu que a situação poderia

ser mais preocupante e admitiu que pudesse ter implicações no processo de saída do Programa e não fez nada, não foi consequente.

Em meados de 2013, numa conversa que tem com o Dr. Fernando Ulrich, que lhe mostra muita preocupação sobre o que se estava a passar no GES e no BES, o Dr. Vítor Gaspar foi diligente, tomou uma iniciativa, ligou para o Banco de Portugal e meteu o Dr. Fernando Ulrich em contacto com o diretor de supervisão.

Será que ele quebrou a independência, desrespeitou a independência do Banco de Portugal? Não desrespeitou, com certeza.

Agora, o Sr. Primeiro-Ministro, a Sr.^a Ministra das Finanças, o Sr. Vice-Primeiro-Ministro e o Eng.^o Carlos Moedas tinham informação completa sobre o que se estava a passar no Grupo Espírito Santo e na exposição do BES ao GES e nada fizeram. Por isso é que eu disse, numa nota prévia, que omissão e inação são formas de intervir.

A pergunta é: porque é que não houve consequências desta sua ilação — citei palavras suas? E pergunto se falou com alguém da Comissão Europeia, da Direção-Geral da Concorrência, sobre o que se estava a passar no BES e no GES, mesmo depois da resolução do BES.

O Sr. **Presidente**: — Eu pedia uma melhor gestão dos tempos, uma vez que foram largamente ultrapassados os tempos combinados.

O Sr. Eng.^o **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, vamos só recapitular dois pontos.

A informação que me foi transmitida nessa reunião era uma informação que tinha que ver com o Grupo Espírito Santo, na parte não financeira.

Obviamente, quando um grupo daquela dimensão tem problemas, isso preocupa, mas o problema de um grupo que é não financeiro, que é um grupo familiar, é um problema dos acionistas desse grupo, dos credores desse grupo, portanto, esse grupo terá de tratar esse problema com os seus acionistas, terá também de discutir linhas bancárias com os bancos, mas eu não era a pessoa indicada, nem com a competência, nem com as responsabilidades para o fazer.

Para além disso, essa informação que me é transmitida a mim é transmitida a muitos outros responsáveis, mas, na altura, e o Sr. Deputado diz, aquilo que se sabia é que havia uma defesa, um *ring-fencing* entre aquele que era o grupo não financeiro e a parte financeira, ou Banco Espírito Santo.

Era isso que era dito pelo regulador. Portanto, a minha preocupação não era uma preocupação que tivesse que ver com o sistema financeiro, mas uma preocupação como também se me tivesse aparecido outra empresa privada de relevo que estivesse com problemas.

Isso era do conhecimento de muitas outras pessoas. É que o Sr. Deputado diz isso como se, no fundo, eu tivesse uma informação e não passasse a informação.

Essa informação foi transmitida a outras pessoas e essa informação não tinha a ver com o BES, tinha a ver com o GES.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Pacheco.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Eng.º Carlos Moedas, no final de 2020, os vários grupos parlamentares entregaram diversos requerimentos, solicitando

ouvir entidades, cerca de 150 nomes. O Partido Socialista, no dia 28 de dezembro, entrega o seu requerimento com 65 nomes. Talvez, Sr. Presidente, seja útil distribuir aos Srs. Deputados, para recordarem, os 65 nomes que o Partido Socialista solicitou ouvir. Nestes 65 nomes não consta o nome do Eng.º Carlos Moedas.

Segundo facto: visto que nós estamos numa Comissão de Inquérito e não numa conversa de café, o Sr. Eng.º Carlos Moedas foi anunciado como candidato à Câmara de Lisboa no dia 25 de fevereiro de 2021 e, um mês depois, no dia 24 de março, o Partido Socialista solicita a sua presença nesta Comissão de Inquérito.

Em dezembro, não era necessária a sua presença; é anunciada a sua candidatura e o Partido Socialista pede a sua presença neste Parlamento. E aqui pergunta-se: há algum facto novo? Há algum facto relevante?

Diz o Partido Socialista, de uma forma muito simples, «temos conhecimento de que houve reuniões em que o Dr. Carlos Moedas esteve presente com o Dr. Ricardo Salgado, e até de telefonemas que terá recebido.» Novamente, perguntamos a nós próprios: isto é facto novo?

Vamos às atas da Comissão de Inquérito anterior e quer a reunião quer os telefonemas lá estão relatados. O Eng.º Carlos Moedas foi inquirido sobre o assunto, deu resposta.

O Partido Socialista, na altura, ficou satisfeito com a resposta. Parte dessas respostas são transcritas para o relatório final. O Partido Socialista votou a favor desse relatório. Até agora, factos.

Podemos, então, começar aqui a questionar.

Olhando para os factos, o que é que terá acontecido para que esta audição esteja hoje aqui a ocorrer? É claro que há sempre a estranheza do Partido Socialista pelo facto de o Governo que o Sr. Engenheiro integrou não ter tido um relacionamento tão promíscuo com o sistema financeiro como os

Governos do Partido Socialista, pelo que não acharam que isto era normal. Portanto, pensaram «isto não é aceitável, não é compreensível, não pode ser verdade».

E o Sr. Deputado João Paulo Correia, que não gosta de interromper as intervenções dos outros Srs. Deputados, não se consegue conter e tem de intervir.

Mas há ainda uma outra razão, e esta é claramente desprezível: é a instrumentalização do Parlamento e a instrumentalização desta Comissão de Inquérito pelo Partido Socialista.

Claro que nós percebemos o que já está no seu subconsciente, do Partido Socialista: é que o Partido Socialista já está a ver o Eng.º Carlos Moedas como Presidente da Câmara de Lisboa, e ao estar já a vê-lo como Presidente da Câmara de Lisboa quer utilizar tudo — Sr. Engenheiro, prepare-se, isto é só o início —, estão dispostos a utilizar tudo, sem qualquer princípio, sem qualquer lealdade, sem qualquer apelo à verdade, para tentar que isso não se concretize.

Esta instrumentalização da Comissão de Inquérito é uma vergonha para o Partido Socialista e uma vergonha para o Parlamento.

Depois, há uma outra razão, muito simples: é que o Partido Socialista há de inventar tudo e mais alguma coisa para que se evite que se fale naquilo que era o objeto principal desta Comissão de Inquérito, a alienação do Novo Banco, se foi bem feita ou se foi mal feita, e o modo como foi acompanhada a gestão do Novo Banco pelo Governo, pelo Banco Central, pelo Fundo de Resolução e pelos mais de 4000 milhões que nós, portugueses, já tivemos de injetar.

Para fugir a assumir as suas responsabilidades, eu presumo, não podem chamar, mas podem exumar o corpo, D. Afonso Henriques para tentar responsabilizá-lo também a ele por aquilo que aconteceu no Novo Banco,

em detrimento daquilo que é o comportamento do Governo do Partido Socialista, dos seus governantes e de todos aqueles que eles nomearam para os vários órgãos do Estado.

Por isso, Sr. Eng.º Carlos Moedas, perante este comportamento do Partido Socialista, o PSD diz só uma coisa: não pactuamos com a instrumentalização e com a campanha eleitoral que o Partido Socialista quer fazer dentro desta Casa e, por isso, não faremos qualquer pergunta ao Sr. Engenheiro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Eng.º Carlos Moedas, não sei se quer fazer algum comentário.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, pelas suas palavras.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Muito obrigada.

Sr. Eng.º Carlos Moedas, eu penso que há um conjunto de temas que terão ficado esclarecidos — eu, pelo menos, entendo que ficaram. Tenho apenas uma dúvida, mas é uma dúvida, um espanto, se assim quisermos, que tem que ver com a gestão política do processo de falência do BES pelo Governo.

Há pouco falámos aqui que o Dr. Carlos Costa, Governador do Banco de Portugal, terá pedido um respaldo político ao Governo ou terá dito que esse era o interesse do Banco de Portugal para o problema do BES. Esse era

também o desejo e a intenção da administração do BES na altura, nomeadamente do Dr. Vítor Bento, que disse que a administração entendia que um respaldo político era necessário.

O Eng.º Carlos Moedas respondeu aqui que não se deve gerir o Governo com amiguismos e favores. Eu quero confirmar se entende que a ação que o Governador do Banco de Portugal pediu, e que denominou de respaldo político, se isso são amiguismos e favores, portanto se o que o Governador do Banco de Portugal estava a tentar obter do Governo eram amiguismos e favores ou se, pelo contrário, não estamos a falar de uma ponderação responsável e séria das várias opções políticas disponíveis quando um banco está na iminência de falir.

Quer queiramos, quer não, também não vale a pena fazer uma avaliação meramente moralista dessas opções. Existem várias opções: a recapitalização é uma, a resolução é outra, a liquidação é outra. Enfim, apesar de o enquadramento europeu nos ter afunilado as respostas possíveis, existem algumas respostas possíveis.

É para mim difícil pensar que um Conselho de Ministros e um Secretário de Estado que estava muito próximo do Primeiro-Ministro e das maiores decisões que aconteceram nesse momento não tivesse discutido ou estado próximo de discussões sobre as possibilidades perante um banco em falência, que era o terceiro maior banco, na altura o segundo, talvez, o maior banco do sistema financeiro português, quando havia um processo de saída de um Programa de ajustamento.

É óbvio que a falência de um banco interferia com o processo de saída de um Programa de ajustamento, é óbvio que o Eng.º Carlos Moedas era o responsável por esse Programa de ajustamento e é óbvio que esta é uma decisão de uma grande responsabilidade política.

Por isso, volto a perguntar-lhe se essa questão nunca foi tida em conta nem nunca foi discutida. Eu não acho que o facto de não ter sido discutida seja abonatório para o Governo, acho até que é um bocadinho irresponsável um Governo não discutir, nem que seja num pequeno grupo, quais são as melhores possibilidades quando um banco vai à falência. E, sobretudo, há um outro dado sobre o qual gostaria de o questionar. É que o Conselho de Ministros foi confrontado com um conjunto de alterações à lei de intervenção na banca muito em cima da hora e com enorme urgência. Pergunto se, nem perante essas alterações de urgência à lei das intervenções no sistema financeiro, nem perante isso, foi suscitada uma discussão sobre o que é que estava a acontecer no BES.

Sim, porque já havia imensos rumores sobre as fragilidades do BES, e o Eng.º Carlos Moedas tinha, em primeira mão, informações sobre as fragilidades do GES. Queria só que me esclarecesse sobre esta. Para mim, continua a ser uma perplexidade neste processo, que foi a condução política, por parte do Governo de então, do processo de falência do BES.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Obrigado, Sr.ª Deputada.

A verdade é a verdade, e a verdade é que eu não fazia parte desse tipo de discussões, até porque talvez se tenha criado um bocadinho a ideia de que a responsabilidade que eu tinha sobre o programa da troica era na sua totalidade, e não era.

Para que os factos fiquem claros, essa responsabilidade do setor financeiro estava no Ministro das Finanças e no Ministério das Finanças, e todas as discussões... Eu percebo a sua questão «mas porque é que não foi discutido ou porque é que não foi falado no âmbito de um Conselho de Ministros?».

Eu penso que essas discussões... Eu não estive presente, mas se elas eventualmente existiram, existiram num pequeno grupo, e eu não fazia parte dele.

Não sei se houve discussões ou não, porque eu não fiz parte desse grupo. Imagino que houve discussões. Aliás, o Primeiro-Ministro falava todos os dias com a Ministra das Finanças, havia discussões que teriam sido feitas, mas o ponto aqui não é a questão de dizer se eu deveria ter estado ou não nessas discussões.

Eu não deveria ter estado nessas discussões, porque quando são discussões sobre bancos, em que a pessoa tem de ter o cuidado de proteger os depositantes, em que qualquer coisa que possa ser dita ou transmitida, ou que um membro do Governo ouve e conta, mesmo sem intenção, isso, se saísse cá para fora, teria um impacto direto nos depositantes, de irem ao banco tirar o dinheiro. Portanto, era um desastre total.

Eu percebo a sua pergunta, mas aquilo que eu acho é que as discussões que houve, e que eu não sei quais foram, obviamente tinham de ser num grupo mesmo muito restrito. Eu acho que essa é a resposta que eu tenho para si nesse sentido, não tenho outra.

Eu não fiz parte desse grupo, não tinha de fazer, não acho que tivesse de fazer, porque não era a minha parte de responsabilidade. E, naquela altura, o trabalho era tanto que se eu me fosse também meter nisso, como é que eu tinha tempo para fazer tudo o resto? Não tinha lógica naquele momento.

Eu não estava dentro desse grupo restrito de eventual discussão, que eu não sei se existiu ou não, mas imagino que esses foram assuntos tratados ao nível do Primeiro-Ministro e da Ministra das Finanças em todas essas discussões que eles tinham entre eles.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Queria clarificar se entende o pedido de respaldo político, por parte do Banco de Portugal e da administração do Novo Banco, do BES já na fase pós-Salgado como um favor ou como uma opção política.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr.^a Deputada, pode só clarificar? Porque, obviamente, não estive dentro de todos estes temas. Respaldo político em relação exatamente a quê?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Foi uma discussão que nós tivemos aqui há pouco e foi uma resposta que o Eng.º Carlos Moedas deu, já não me lembro a quem, que lhe falava que, a certa altura, tanto o Banco de Portugal como a administração do BES entendiam que precisavam de respaldo político do Governo, na altura sob a forma de um *backstop*, de uma garantia ao capital do banco. Podemos discutir se gostamos ou não dessa possibilidade, mas o Eng.º Carlos Moedas, nesta Comissão, hoje, respondeu que entendia que o Governo não se podia gerir por amiguismos e favores.

Eu queria apenas clarificar se entende que essa intenção, na altura, por parte do Governador e da administração, esse respaldo político, se trata de um favor ou se se trata de um ato político legítimo.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Agradeço por poder clarificar.

Aquilo que eu disse foi: no geral, tenho sempre muito cuidado. Penso que quando oiço a palavra «respaldo», ela me leva a esse intuito.

Aqui, eu não sei exatamente o que é que esse respaldo queria dizer. Queria dizer que era necessário o Governo pedir à Caixa para intervir?

O Governo não podia pedir à Caixa nada. Não acho que esse seja o papel do Governo. A Caixa tem os seus critérios e deve, se é uma garantia do Estado... Essa era uma decisão que teria de ser tomada na altura por aqueles que tinham responsabilidade. A Ministra das Finanças e o Sr. Primeiro-Ministro saberão, mas, quando entendi a palavra «respaldo», entendi-a numa maneira mais política.

Peço desculpa e obrigado por me ter deixado clarificar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Terminei, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

Sr. Eng.^o Carlos Moedas, vamos entrar na segunda ronda, que funciona da seguinte forma: cada um dos Srs. Deputados que entenderem fazer perguntas concentram-nas em 5 minutos e o Sr. Engenheiro responderá a seguir a cada uma delas.

Tem, de novo, a palavra o Sr. Deputado Duarte Alves.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eng.^o Carlos Moedas, eu queria voltar a citar a pergunta 7 que lhe foi feita na anterior Comissão de Inquérito e a sua resposta.

A pergunta foi: «Quando soube da existência de uma exposição excessiva do BES ao GES, por que meio o soube e em que termos?». E a sua resposta foi: «Como referido acima, apenas tive conhecimento de dificuldades no GES/BES na reunião de 2 de maio».

A 2 de maio, nesta reunião que tem com Ricardo Salgado e José Honório, fica a saber do buraco financeiro no Grupo Espírito Santo e das implicações que tinha no banco. O Grupo Espírito Santo era um grupo

familiar ou um grupo empresarial, mas era um grupo que tinha uma importância sistémica, porque, senão, não tinha dito noutra resposta que identificou como uma das suas preocupações o risco sistémico e o problema que teriam estas dificuldades deste grupo, importantíssimo na economia nacional.

Tem esse conjunto de preocupações e decide não as transmitir ao Primeiro-Ministro, do qual era Secretário de Estado-Adjunto.

Passado um mês, em junho, recebe um telefonema sobre o mesmo tema, sobre a preocupação crescente que existia acerca da situação no GES e no BES, e comenta esse telefonema com o Presidente da Caixa Geral de Depósitos, mas não o comenta com o Primeiro-Ministro. Diz que a sua função não era comentá-lo com o Primeiro-Ministro, mas também assumo que não era para comentá-lo com o Presidente da Caixa. Com o Presidente da Caixa comenta, mas não com o Primeiro-Ministro, embora fosse Secretário de Estado-Adjunto do Primeiro-Ministro.

Nesta primeira a ronda, ficámos a saber que o senhor, que era a quem Ricardo Salgado ligava, que era Secretário de Estado-Adjunto do Primeiro-Ministro, que era o homem responsável pelo programa da troica em Portugal, não agiu perante o conhecimento que foi tendo em maio e em junho acerca deste assunto, não agiu junto do Governo do qual fazia parte — não estou a falar de outro tipo de atuação — e ficou, inclusivamente, a saber da resolução por via da comunicação social.

Ficámos também a saber, para além deste padrão de não atuação, que, na nossa opinião, é isto que resulta desta sua intervenção. Ficámos também a saber que considera uma coincidência o facto de esta discussão sobre os problemas do BES e esse conhecimento que fica a ter no início de maio ser coincidente com o momento em que está a ser discutida e aprovada a chamada saída limpa do programa da troica, é que não mais do que

coincidência e não tem nenhuma relação uma coisa com a outra o facto de ser até no mesmo dia, eventualmente, a reunião com os responsáveis do BES e a reunião em que decide avançar para a ideia de uma saída limpa, embora saibamos que não é bem assim. Continuamos a ter programas de vigilância sobre o país, mas, de qualquer forma, foi isso que foi anunciado, e o facto de as reuniões terem sido no mesmo dia não tem nenhuma relação entre uma coisa e outra.

Gostava de o questionar relativamente a uma outra matéria, que é sobre os números da medida de resolução.

Aquilo que foi dito aos portugueses é que esta seria uma resolução sem custos para os contribuintes e que os 4900 milhões de euros seriam suficientes para resolver o banco, sendo que destes 4900 milhões, 3900 milhões vinham dos fundos da troica. O senhor, acompanhando os fundos da troica, naturalmente teria conhecimento desta matéria.

Gostava de lhe perguntar se este empréstimo de 3900 milhões, usando os valores que estavam na troica e o apuramento deste número, foi alguma vez discutido consigo.

Pergunto se algum dos interlocutores do lado da troica alguma vez questionou este valor, tanto para cima como para baixo, ou seja, se era suficiente ou se era até demais, portanto, se este número foi discutido entre si e quem representava do lado da troica. É que, de facto, é um valor que mobiliza recursos que estavam nestes fundos da troica, portanto gostaríamos de questioná-lo acerca do seu envolvimento na definição destes 4900 milhões como medida de resolução.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Eng.º Carlos Moedas, faça favor de responder.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Indo diretamente à sua pergunta, eu não tinha qualquer discussão sobre este tipo de números. Os números eram discutidos em reuniões, imagino que no Ministério das Finanças e também no Banco de Portugal, mas os números 3900 ou 4900 não eram discutidos com as equipas que trabalhavam do meu lado, que eram separadas dessas equipas. Não tive nenhum envolvimento.

O Sr. Deputado disse uma coisa que eu queria clarificar. O Sr. Deputado disse: «O senhor, a quem Ricardo Salgado telefonava». Telefonava-me a mim como telefonaria a muitos outros, e eu também recebia telefonemas de pessoas desde anónimas a pessoas que tinham funções na concertação social, que também tinham o meu telemóvel. Isso era normal.

Para ficar claro — acho que era importante —, eu não era aquele que recebia as chamadas de Ricardo Salgado.

Depois, fala também o Sr. Deputado sobre não comentar ao Primeiro-Ministro. A minha função era, de certa forma, saber aquilo que eu deveria ou não, em momentos diferentes, comunicar ao Primeiro-Ministro, dentro daquilo que eram as minhas funções. Em relação a toda esta área e a todas essas preocupações eu sabia que ele estava em comunicação direta com a Ministra das Finanças. Não era uma informação que eu dizia: «Se eu não disser ao Primeiro-Ministro isto, ele não sabe». Ele já sabia. Quando as coisas desta área me chegavam já tinham passado por muitas outras pessoas.

O próprio Dr. Ricardo Salgado, na célebre reunião, diz que já tinha falado com o Presidente da República, que já tinha falado uma vez com o Primeiro-Ministro. Portanto, eles estariam muito mais ao corrente do que eu. Eu não estava a gastar tempo ao Primeiro-Ministro com isto — era só para explanar um pouco mais.

Em relação à sua pergunta direta, não tive conhecimento deste valor, do valor da resolução. Nunca foi discutido comigo.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Eng.^o Carlos Moedas, na ausência de algum facto novo— de facto não surgiu aqui nenhum —, nós estamos mais ou menos numa revisão da matéria dada, e acho que podemos dizer com frontalidade que aquilo que está aqui hoje a acontecer é uma espécie de debate póstumo do que foi a atuação do Governo PSD-CDS, de que o senhor fez parte. Está a ser feito consigo porque cometeu o pecado, em vez de estar descansado da sua vida, de ter decidido candidatar-se a uma câmara, que, ainda para mais, é a câmara da capital do país. Se tivesse ficado calmamente onde estava e não estivesse na vida pública, acho que ninguém tem dúvidas de que não estaria aqui hoje. Mas a vida é mesmo assim.

Eu gostava que fizesse algumas precisões, porque há algumas ideias que ficaram e que eu acho importante que esclareça.

Em primeiro lugar, foi aqui dito que, a partir do momento da reunião, creio que em 2 de maio, com o Dr. Ricardo Salgado, tinha a informação completa sobre o que se passava no BES/GES. Eu creio que é importante esclarecer isto.

Eu gostava de saber se nessa reunião com o Dr. Ricardo Salgado ou com o Dr. José Honório, se o Dr. Ricardo Salgado mencionou que o chamado *ring-fencing* era uma brincadeira de crianças para ele e que tinha todo o tipo de esquemas fraudulentos em marcha para, pura e simplesmente, não o

respeitar. Pergunto-lhe se nessa reunião lhe explicou que o BES — perdoe-me a expressão — era um buraco financeiro como não há, com sabe Deus que créditos de milhares de milhões de euros que hão de ter ido parar sabe-se lá onde, mas com contornos que já não são sequer de falência financeira, são absolutamente fraudulentos e criminais.

Para ter a informação toda, é preciso que isto lhe tenha sido transmitido. Eu gostava de saber se lhe foi transmitido, porque eu suspeito que o que lhe tenha sido transmitido é uma preocupação com uma situação financeira, mas perfeitamente resolúvel, e que o Governo, com alguma boa vontade da parte da banca, poderia eventualmente resolver. Eu suspeito que tenha sido isto.

Depois, quanto ao nada fizeram, isso pode levar-nos a outra discussão, sobre o que seria adequado fazer, e que eu acho que é muito pertinente, mas que não tem a ver, propriamente, com uma comissão de inquérito.

Em segundo lugar, tenho ouvido muitas vezes esta chamada narrativa da saída limpa. Eu confesso que é muito chocante para mim ouvir falar do que foi o programa da troica, do que foi a saída limpa e do que foi aquele Governo como «não se estava a passar nada», sobretudo de partidos que tiveram responsabilidades governamentais. Eu até posso perceber isso em relação a partidos que não tenham tido essas responsabilidades, mas já ouvi dizer aqui hoje «é curiosa a sua preocupação com a saída limpa».

O que eu acho que os Srs. Deputados talvez não compreendam é que não havia nenhum membro daquele Governo, desde o primeiro dia em que tomou posse até ao dia em que de lá saiu, cuja grande preocupação não fosse sair daquele infernal Programa.

Porque aquele Governo — é bom que as pessoas se lembrem —, no dia em que tomou posse, já estava em incumprimento de algumas medidas da troica e tinha permanentemente aqui equipas a fiscalizarem tudo e mais

alguma coisa. Não tinha sequer liberdade de escolher as suas prioridades políticas. Elas eram escolhidas por terceiros. Portanto, é para mim vagamente chocante ouvir alguém que é do partido que teve responsabilidades em ter deixado o País neste estado dizer, com esta displicência «porque é que não fez, porque é que não aconteceu, era tudo fácil...» Pois, é tudo fácil quando se sai e se deixa o País assim. Realmente, acha-se tudo fácil...

Quanto à saída limpa, eu também gostava de saber quais eram as oportunidades que Portugal tinha ao seu dispor. Primeiro, porque ouvi aqui dizer «decidiram fazer um anúncio». Uma saída limpa não é propriamente um anúncio, um brilharete que se decide fazer de uma semana para a outra. Isto não é assim uma coisa muito simples.

Depois, eu gostava de saber, realisticamente, quais eram as alternativas à saída limpa, porque eu acho que a alternativa realista era termos continuado cá com a troica e termos continuado com medidas. É preciso que haja esta consciência de que estas eram as alternativas em cima da mesa.

Eu não sei se há algum partido que esteja aqui a defender que queria ter a troica ainda cá hoje, mas eu, de certeza, que não preferia. Portanto, eu gostava de saber se isto foi tudo assim «pronto, vamos fazer um brilharete, vamos fazer um anúncio, era só facilidades, foi um Governo de facilidades...»

Por último, e porque se falou da estabilidade financeira — «não discutiram o BES, que era o grande assunto...». Eu gostava de lembrar que é preciso que se perceba a situação que existia em Portugal quando este Governo tomou posse: havia empresas a falirem todos os dias, as empresas não tinham acesso a crédito. É preciso que isto seja bem explicado! Dizer que se tratava do crédito às empresas no Conselho de Ministros... Isto não

era uma questão menor, era uma questão de sobrevivência para as empresas e para os seus trabalhadores. Porque se as coisas continuassem como estavam em 2011, era uma questão de sobrevivência — entenda-se isto! Não havia acesso a crédito!

É preciso que haja, no mínimo, esta consciência, até para percebermos o que aconteceu, o que é que deixou de acontecer e não voltarmos lá.

Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

Sr. Eng.^o Carlos Moedas, tem a palavra para responder.

O Sr. Eng.^o **Carlos Moedas**: — Muito obrigada, Sr.^a Deputada.

Em relação à primeira pergunta, para que fique claro, obviamente que a única informação que, nessa reunião com o presidente do banco, me foi passada, foi essa preocupação que tinham sobre aquela área, que era o GES, não financeira. Isso foi o único que foi dito. Não foi falado nem o BESA (Banco Espírito Santo Angola) nem foi falado nada mais.

Era uma reunião *pro forma*, em que estávamos ali com um presidente de um banco a dizer que um grupo privado estava em dificuldades e que precisava de ajuda, ao qual — e aqui a memória pode falhar-me — eu disse: «Pois, então, tem de falar com os seus acionistas, tem de falar com os seus credores», sendo um grupo privado não financeiro.

Depois, quanto à saída limpa, eu acho que a Sr.^a Deputada disse, e muito bem, que hoje as pessoas já se esquecem disso. Qual teria sido a alternativa? O que é que teria sido nós continuarmos com a troica? E até temos um bom exemplo: é olhar para a Grécia. Olhamos para a Grécia e vemos o que é que foi o desastre de ficar com a troica. Isso é importante

relembrar, porque não podemos reescrever a história a dizer que naquele momento tínhamos uma escolha, e a escolha era fazermos algo de muito diferente.

Naquele Governo — a Sr.^a Deputada disse, e eu às vezes, realmente, penso nisso, no meu íntimo — quais eram as escolhas políticas que tínhamos? É que aquilo que nós permitimos foi que outros Governos viessem e tivessem eles escolhas políticas que nós não tínhamos. Não havia realmente escolha. Era preciso cumprir.

Relativamente ao último ponto que referiu, sobre as empresas que vinham ter connosco com dificuldades de crédito, ver que as empresas poderiam não sobreviver e depois ver aquilo que os portugueses fizeram, lembro que a Sr.^a Deputada fez um excelente trabalho, na altura, no setor do turismo, em que as empresas se conseguiram virar lá para fora, em que o País conseguiu mudar. Esses são pontos importantes, para nós não esquecermos.

Na sua revisão da matéria dada, como disse a Sr.^a Deputada, é importante pensarmos nisto com clareza e olharmos para o passado e vermos aquilo que foi feito.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Sr. Deputado André Silva, tem a palavra.

O Sr. **André Silva** (PAN): — Sr. Presidente, não tenho mais questões a colocar. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado.

Sr. Deputado João Paulo Correia, faz favor.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria só responder à intervenção do Sr. Deputado Duarte Pacheco, do PSD, dizendo que o requerimento apresentado pelo Partido Socialista não foi um requerimento para ouvir presencialmente o Eng.º Carlos Moedas, foi um requerimento para questionar por escrito o ex-Presidente da República Cavaco Silva, o ex-Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho, o ex-Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, e para questionar presencialmente o Eng.º Carlos Moedas, porque foram responsáveis, com atividades políticas à época, que mantiveram contactos, reuniões, receberam informação privilegiada por parte do Dr. Ricardo Salgado. Não foi um ato isolado ouvir presencialmente o Eng.º Carlos Moedas.

Em segundo lugar, queria também dizer ao Sr. Deputado Duarte Pacheco — não lhe estou a fazer neste momento nenhuma pergunta — que chamar aqui o Eng.º Carlos Moedas, que, de facto, reuniu com o Dr. Ricardo Salgado e que, de facto, recebeu um telefonema do Dr. Ricardo Salgado com informação relevante sobre o BES e sobre o GES, não é anormal do nosso ponto de vista. Anormal, do nosso ponto de vista, é fazer o que fez o PSD, que veio propor audições para este inquérito ao Novo Banco como a de querer ouvir o Dr. Francisco Louçã. Acho que aos olhos dos portugueses não tem nada que ver com este inquérito ao Novo Banco.

Ouvir o Prof. Daniel Bessa, também não. Ouvir Ricardo Paes Mamede, também não. Ouvir João Salgueiro, também não.

Isso é que é trazer política para dentro de um inquérito. São elementos externos e que não têm nada que ver com o inquérito, mas toca a ouvi-los para ver se instrumentalizamos politicamente o inquérito.

Regressando ao tema da minha intervenção de hoje na sua audição, Sr. Eng.º Carlos Moedas, no dia 2 de maio, na resposta que dá à Comissão de

Inquérito ao BES, diz que foi a primeira vez que teve a perceção da exposição do BES ao GES. Nada fez.

Depois, no dia 2 de junho, como conclusão que tirou do telefonema que recebeu do Dr. Ricardo Salgado, diz — e torno a recordar as suas palavras: «Na ocasião, depreendi que a situação poderia ser mais preocupante do que supunha, pelo que admiti que pudesse ter implicações para o processo de saída do Programa em que Portugal se encontrava». Também nada aconteceu.

O Eng.º Carlos Moedas era Secretário de Estado-Adjunto do Sr. Primeiro-Ministro. Era uma peça essencial na ação do Governo. Coordenava a estrutura que monitorizava as medidas dos Memorandos de Entendimento. Tinha uma panorâmica única daquilo que era a ação do Governo e de todos os problemas que ocorriam no país. Não pode dizer que, por um lado, isso valia para todas aquelas outras questões e outras matérias que procurou aqui recordar, mas que para estas matérias não sabia de nada e não tinha nenhuma responsabilidade. Não pôde transmitir o que soube outro membro do Governo e não pôde ser consequente como foi, por exemplo, Vítor Gaspar em 2013.

Isto é um padrão de comportamento do Governo, não só da sua parte, mas também da parte de Maria Luís Albuquerque, de Pedro Passos Coelho e do Vice-Primeiro-Ministro, Paulo Portas, que empurraram toda a responsabilidade para o Banco de Portugal, com a narrativa de que o Banco de Portugal era independente e de que nada se questionava sobre as decisões do Banco de Portugal, quando algumas das informações que foram recebidas pelas autoridades políticas fizeram subir de patamar do regulador independente para o patamar político.

A partir do momento em que Ricardo Salgado dá a informação que deu na primeira ronda de reuniões, no início de abril, às autoridades políticas

nacionais e europeias — Durão Barroso era presidente da Comissão Europeia — sobre a situação do GES e a exposição do BES ao GES, o assunto deixou de ser um assunto do Banco de Portugal, exclusivamente do Banco de Portugal, para ser um assunto da autoridade política, porque a estabilidade financeira é zelada exatamente por estas duas entidades — Governo e Banco de Portugal.

Depois, se isso não bastasse, no dia 2 de maio, as informações que recebem sobre o enorme passivo, de 7600 milhões de euros, do Grupo Espírito Santo era mais uma obrigação, uma responsabilidade acrescida para que as autoridades políticas agissem, fizessem alguma coisa, e nada aconteceu. Com a desculpa de que isto é tudo com o regulador. Entretanto, houve um aumento de capital.

Eng.º Carlos Moedas, olhos nos olhos, como teve ocasião de me pedir na primeira ronda: tem noção, certamente, do número de lesados que ainda hoje sofrem com esse aumento de capital que as autoridades políticas e o Banco de Portugal e a CMVM permitiram que acontecesse. O enorme número de lesados, começando pelos particulares, pelo retalho, até ao Estado.

É evidente que as pessoas querem respostas para isto. Ouvir as autoridades políticas é um ato saudável da democracia. Por isso é que pretendemos questionar o Prof. Cavaco Silva. O PSD e o CDS barraram o depoimento escrito do Prof. Cavaco Silva na Comissão de Inquérito ao BES e desta vez, felizmente, deixaram passar.

Nós queremos colocar questões, e vamos ver se somos o único partido ou não a querer colocar questões ao Prof. Cavaco Silva. Porque isto, esta história de que isto é do PS, o PS é que quis, sozinho, requerer... Há quem diga que foi o aproveitamento de uma deixa, mas foi o PS que tomou a iniciativa de ouvir estas autoridades políticas e a si, presencialmente. Mas,

em todo o caso, há perguntas para colocar, por exemplo, ao Prof. Cavaco Silva como aquelas que lhe estamos aqui a colocar, porque, do nosso ponto de vista, isto não deixou de ser uma ação concertada por omissão e por inação da classe política que governava o país na altura.

Queria também regressar ao telefonema do dia 2 de junho. Quando Ricardo Salgado lhe falou do inquérito que decorria na Procuradoria do Luxemburgo a três sociedades do Grupo Espírito Santo, nem disse que sim nem disse que não ao Dr. Ricardo Salgado a respeito de ir falar ou não com o Ministro da Justiça do Luxemburgo. Mais à frente, no telefonema, Ricardo Salgado diz «já contactei o Sr. Governador do Banco de Portugal, que me disse que não pode fazer nada porque isso é um assunto da área financeira do Grupo Espírito Santo». É o que está na gravação e na transcrição dessa gravação nas notícias.

Eu acho que quando o Dr. Ricardo Salgado lhe diz que o Sr. Governador também lhe tinha dado uma nega, se o assunto anterior do inquérito às três sociedades do GES não era o bastante para perceber que tinha de dar uma resposta mais perentória, acho que aqui devia ter percebido que devia ter dado uma resposta mais perentória.

Depois, quando se disponibilizou e foi falar com o Dr. José de Matos, obviamente que tomou alguma iniciativa. Pelo menos, tomou alguma iniciativa. Não falou com nenhum colega do Governo, mas foi falar com o presidente da Caixa.

Se calhar, o circuito mais normal seria falar com a Sr.^a Ministra das Finanças, seria falar com o Sr. Primeiro-Ministro, com outro colega do Governo, mas foi falar com o Presidente da Caixa Geral de Depósitos.

O circuito é um bocado enviesado, às curvas, mas tomou alguma iniciativa. Portanto, não considera estranho este procedimento de ir falar com

José de Matos, sem ter outra diligência, como falar com outro membro do Governo?

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Sr. Eng.º Carlos Moedas, pode responder. Faz favor.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Muito obrigado.

Sr. Deputado, primeiro, em relação aos lesados, eu acho que foi das situações mais dramáticas que se viveram e que os responsáveis ainda não pagaram por isso.

Como sabe, estive cinco anos em Bruxelas, onde tive contacto quase diário com uma pessoa que me era bastante próxima, uma pessoa que perdeu muitas das suas poupanças. Eu vi o sofrimento dessa pessoa e por ela vi o sofrimento de tantos outros. O que é pena é que aqueles que são os culpados não paguem por isso.

Eu estou completamente de acordo consigo, Sr. Deputado, em que isto é realmente algo de inadmissível, de inaceitável. Trata-se de pessoas que deixaram as suas pequenas poupanças, muitos deles emigrantes. É o caso deste, que eu conheço pessoalmente, emigrante em Bruxelas há 40 anos. Isso é terrível. Portugal tem de conseguir, realmente, levar a pagar por aquilo que fez quem foi culpado, mas esses culpados não foram o Governo ao qual eu pertenci.

O Governo a que eu pertenci foi um Governo que disse não a Ricardo Salgado, foi um Governo que fez aquilo que outros não tinham feito, e eu tenho orgulho nisso, porque isso nunca tinha acontecido em Portugal.

O Sr. Deputado descreve um telefonema que me foi feito, mas o problema em Portugal não foi um telefonema, foram aqueles que, recebendo este tipo de telefonemas no passado, fizeram aquilo que nós sabemos que fizeram ao nosso país. E acho que esta semana é uma semana importante para Portugal nesse aspeto, ao ver-se serem levados à justiça aqueles que, durante anos, fizeram esses favorzinhos, esses jeitinhos e esses crimes. A justiça tarda, e tarda muito nesse aspeto, mas esses políticos são exatamente aqueles que destroem o sistema, e eu, com muito honra, não faço parte desse grupo. Nunca farei. Lutarei sempre para mudar a maneira como se faz política.

Sr. Deputado, sobre o ponto em que eu disse, com toda a sinceridade, que, dois dias depois, penso que me cruzei com José Matos... Ao cruzar-me com José Matos, digo-lhe «que estranho...». Não me parece assim nada de estranho eu ter feito isso. Encontro o presidente de um banco português e comunico-lhe essa estranheza exatamente para ele ter consciência de que tudo aquilo era muito estranho.

Depois, Sr. Deputado, eu tenho sempre um grande gosto em estar aqui nesta Casa. Eu comecei nesta Casa, e esta Casa é a democracia. Eu tenho um grande gosto em estar aqui convosco, responder às perguntas e estar com os Deputados, como sempre fiz. Vim cá como Comissário europeu, estive sempre disponível e mostrei sempre essa disponibilidade.

Realmente, hoje estivemos aqui a fazer uma revisão da matéria dada de perguntas a que eu já tinha respondido. Só lhe posso dizer isso, Sr. Deputado. É verdade que aqui estamos e aqui estarei, e o Sr. Deputado sabe que eu virei sempre.

O Sr. Presidente sabe muito bem o gosto que é para mim estar sempre nesta Casa, mas, efetivamente, hoje, sinto que estou aqui de uma maneira diferente, porque até agora nunca ninguém me tinha chamado. E o Sr.

Deputado tem de estar de acordo que isso também me cria dúvidas pessoais. Eu estava na minha vida... O Sr. Deputado Duarte Pacheco refere aqui uma lista que foi feita de pessoas que foram chamadas, e eu não estava nessa lista. Portanto, o Sr. Deputado também tem de estar de acordo que eu fiquei espantado, e esse é um espanto que guardo para mim, obviamente.

O Sr. **Presidente**: — Confirmo, de facto, a sua disponibilidade imediata para vir pessoalmente a esta Comissão.

Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Mónica Quintela. Faz favor.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Muito obrigada, Sr. Presidente, que cumprimento.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Eng.^o Carlos Moedas, cumprimento-o também, com muito gosto.

Recordou-nos que hoje é um dia de má memória para Portugal. Faz 10 anos que José Sócrates chamou a troica. É bom tê-lo aqui e poder agradecer-lhe, Sr. Engenheiro, olhos nos olhos, e de viva-voz, um dos rostos que ajudou Portugal e os portugueses a ultrapassarem esse período terrível para todos nós.

Muito obrigada por todo o trabalho que desempenhou ao serviço de Portugal, ao serviço dos portugueses.

É já sem surpresa, pelo andamento dos trabalhos desta Comissão — que é a primeira em que eu estou a participar —, que assistimos a uma nova narrativa do PS, a colar-se agora à versão de Ricardo Salgado.

Curiosamente, o PS tem agora a perspetiva de que se o Governo tivesse dado uma mãozinha, uma ajudinha, à semelhança do que foi feito no passado — basta olhar quer para as pessoas que ainda hoje beneficiam da

presunção de inocência, quer para aqueles que já estão condenados a cumprir pena —, do que se passou em Governos passados, para se perceber que o escopo primordial do Partido Socialista nesta Comissão não tem sido a descoberta da verdade material, no sentido de se perceber como é que foi feita a venda do Novo Banco, como é que foi discutido o contrato da Lone Star; o que se procura fazer é voltar atrás, reviver aqui o passado no sentido da fuga à responsabilidade.

Como já disseram, e muito bem, o Sr. Deputado Duarte Pacheco e outros Srs. Deputados, não havia qualquer razão, nenhum facto superveniente, nada. Não me recordo de ter ouvido o Sr. Engenheiro ter dito nada, em nenhuma instância, em nenhum palco onde teve oportunidade de intervir, sobre estes factos a que já depôs por escrito, e com um esclarecimento cabal e profundo. E trata-se de um esclarecimento tão cabal, que recordarei aqui as palavras do Sr. Deputado, hoje Ministro, Pedro Nuno Santos aquando da votação na anterior Comissão. Diz, pois, o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, quando informa do sentido de voto do PS — passo a citar textualmente: «O sentido de voto do Partido Socialista é já público, mas quero dizer, logo no início desta reunião, que o Partido Socialista votará a favor de cada um dos blocos e do relatório na votação final global. E porquê? Porque o relatório está bem feito, está bem escrito, é fiel à verdade e é sério. Repito, ele é sério, está bem feito e é fiel à verdade». Estas palavras foram ditas, na anterior Comissão, pelo hoje Ministro Pedro Nuno Santos.

Nesse relatório, estavam também incluídas as declarações que o Sr. Eng.º Carlos Moedas já aqui tinha prestado por escrito, no âmbito dessa Comissão.

Essa era a versão e essa era a posição séria do PS à data. O que é que mudou de lá para cá? Mudou a candidatura do Sr. Engenheiro à Câmara Municipal de Lisboa. É este o facto superveniente. Isto está absolutamente

demonstrado, basta ver pelas perguntas que lhe foram feitas e pelo vazio desta segunda ronda. Vamos ver quem vai à terceira. O Partido Socialista irá, com certeza, e iria à quarta e iria à quinta se as houvesse.

A própria forma, absolutamente manipuladora e de instrumentalização, como esta audição está a decorrer demonstra a inutilidade que, efetivamente, era trazê-lo cá, com o que, enquanto Deputados à Casa da democracia, não devemos pactuar e o que não podemos consentir.

Eu percebo bem a preocupação do Partido Socialista. O percurso profissional e político do Sr. Engenheiro fala por si, bem como a competência, o rigor, a probidade, o empenho e a forma como se dedica à causa pública em todos os cargos que desempenhou até agora. É um orgulho, efetivamente, ter visto a forma como os desempenhou.

O Sr. Engenheiro não tem nenhum «empatado» — passe a expressão mais coloquial —, por isso, a si ninguém o pode pôr a funcionar, porque nunca esteve na dependência do Dr. Ricardo Salgado ou do Grupo GES. Nunca trabalhou para eles. Estive a ver com cuidado o seu currículo. Nunca foi um *boy*, nunca foi um *yes-man*, nunca foi um peão de brega que aquele grupo tivesse colocado na linha da frente, à semelhança do que fez com outras pessoas que saíram daquele núcleo, daquele ninho e que depois vieram trabalhar. Nunca fez parte desse núcleo, não deve nada, e quem não deve não teme.

Sr. Engenheiro, não fora a sua candidatura anunciada à Câmara Municipal de Lisboa, não fora ser uma candidatura forte, temível, e hoje não estaria aqui a depor. Não estaria hoje nem nos muitos amanhã em que irá decorrer esta Comissão.

Nada há de novo para lhe perguntar porque já disse tudo o que sabia, pelo que não tenho nenhuma pergunta para lhe fazer — nada, não tenho

nenhuma pergunta. Gostava de ter, mas não tenho. Gostava de ter 5 minutos de brilhante exposição, até para pôr nas redes sociais «fez esta pergunta», mas não tenho.

Termino, desejando-lhe as maiores felicidades na disputa autárquica, com a firme convicção de que será o próximo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Muita força.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Eng.º Carlos Moedas, oferece-lhe dizer alguma coisa?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Muito obrigado, Sr.ª Deputada, pelas suas palavras.

Apenas quero recordar um ponto importante: nem eu nem a minha família direta tivemos alguma relação profissional com o Grupo Espírito Santo ou com o Banco Espírito Santo. Isso é algo que é importante que fique escrito. Nunca tive qualquer relação com o grupo nem com o banco.

O Sr. **Presidente**: — Tema palavra a Sr. Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — *(Por não terem ficado registadas na gravação, não foi possível transcrever as palavras da oradora.)*

O Sr. **Presidente**: — E quanto a perguntas?

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — *(Por não terem ficado registadas na gravação, não foi possível transcrever as palavras da oradora.)*

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Passamos agora à terceira volta.

Cada Deputado que entenda fazer perguntas tem 3 minutos para as concentrar. Juntaremos todas e o Sr. Eng.º Carlos Moedas responderá no final a tudo.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Cecília Meireles.

A Sr.ª **Cecília Meireles** (CDS-PP): — *(Por não terem ficado registadas na gravação, não foi possível transcrever as palavras da oradora.)*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Paulo Correia, faz favor.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Obrigado, Sr. Presidente.

Regressando ao telefonema de 2 de junho, há uma parte que considero que ainda não está suficientemente esclarecida. Ricardo Salgado comenta, depois de desligar a chamada consigo, que o Eng.º Carlos Moedas é amicíssimo do Ministro da Justiça do Luxemburgo. O Eng.º Carlos Moedas, disse depois, publicamente — e disse-o aqui hoje —, que, desde essa altura, anos antes, até agora, só tinha contactado com ele por duas vezes. Ou seja, até ao dia 2 de junho de 2014, no limite, só tinha contactado com o Ministro da Justiça do Luxemburgo por duas vezes.

Então, é falsa aquela consideração que o Dr. Ricardo Salgado fez de que o Eng.º Carlos Moedas era amicíssimo do Ministro da Justiça do Luxemburgo? É uma questão que paira no ar e que eu acho que deve ser colocada, até para esclarecer.

Este inquérito, aos olhos de alguns partidos, não tem tido grandes virtudes, mas, do nosso ponto de vista, tem tido, porque ainda na passada quinta-feira, dia 1 de abril, ouvimos a Sr.^a ex-Ministra das Finanças Maria Luís Albuquerque, e foram detetadas duas contradições entre as suas afirmações e as afirmações dos representantes do Banco de Portugal. Não tem a ver consigo, mas são duas contradições que terão de ser desfeitas mais à frente no inquérito. Por isso, é importante, por vezes, visitar os governantes que também já estiveram na Comissão de Inquérito ao BES, como a Dr.^a Maria Luís Albuquerque, que foi por duas vezes à Comissão de Inquérito ao BES. O Eng.^o Carlos Moedas não foi presencialmente, respondeu por escrito; desta vez, está cá presencialmente.

Muitas vezes, perante as perguntas e as respostas, mesmo que sejam as mesmas — não foi o meu caso, porque eu coloquei perguntas que não foram colocadas na Comissão de Inquérito ao BES —, as respostas já deslizam e se calhar entram em contradição.

Por isso, Sr. Presidente, eu queria anunciar que o PS vai requerer que seja remetida para esta Comissão de Inquérito uma carta que a Sr.^a Ministra das Finanças Maria Luís Albuquerque enviou ao Sr. Governador do Banco de Portugal no dia 13 de junho de 2014 e também a resposta a essa carta do Sr. Governador, que é do dia 7 de julho de 2014 e que entrou no gabinete da Sr.^a Ministra no dia 8 de julho desse mesmo ano. É que essa carta, segundo sabemos, conta muito daquilo que o Governo já sabia, principalmente a Sr.^a Ministra das Finanças, e explica muito das contradições que ouvimos, no dia 1 de abril, da boca da Sr.^a ex-Ministra das Finanças Maria Luís Albuquerque.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

Segue-se a Sr.^a Deputada Filipa Roseta. Faz favor.

A Sr.^a **Filipa Roseta** (PSD): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Realmente, há um facto que fica aqui apurado: é que Fernando Medina está com medo de Carlos Moedas. Isso é bastante claro, e nós até entendemos, porque, de forma objetiva, ele é melhor academicamente, é melhor profissionalmente e é melhor politicamente.

Nós entendemos isso, vemos é com alguma surpresa o PS estar a aproveitar esta Comissão de Inquérito para isso, perante factos tão graves e perante um País que, finalmente, está a mudar estruturalmente e que consegue ter políticos e governantes que dizem não a Ricardo Salgado.

Ainda agora, a sugestão de que Maria Luís não fez o que tinha de ser feito é falsa. Já percebemos que o Partido Socialista está a tentar alinhar com a narrativa de Ricardo Salgado, o que, sim, é surpreendente. Já o fomos percebendo ao longo de todas estas sessões, mas, efetivamente, Ricardo Salgado não é o Governo, o Governo não é Ricardo Salgado e Pedro Passos Coelho disse não a Ricardo Salgado. Isso também é um facto que fica dessa história.

Maria Luís salvaguardou a estabilidade do sistema. Portanto, objetivamente, como ela explicou muito bem, fez aquilo que tinha de ser feito na altura, quando um banco foi resolvido num fim de semana depois de as contas só serem do conhecimento dos próprios acionistas no dia 30 de julho. A ata do BES do dia 30 de julho é a prova factual de que os próprios estavam surpreendidos com o que se estava a passar.

Os factos são mais do que claros, e a única coisa que eu tenho a agradecer é a Carlos Moedas, por ter vindo cá, por ter tido a paciência de explicar isto tudo e por ainda existirem pessoas que acreditam que o País pode ser outra coisa. Objetivamente, esperemos que sim, e cá estaremos para reforçar essa certeza. Isto pode ser outra coisa.

O Sr. **Presidente**: — Não tenho mais inscrições.

Sr. Eng.º Carlos Moedas, tem a palavra para encerrar esta audição.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Respondendo ao Sr. Deputado do Partido Socialista, queria dizer-lhe o seguinte: quando nós estamos na vida pública, o mais difícil é as pessoas utilizarem o nosso nome indevidamente, dizerem mentiras a nosso respeito. Há algo que é extraordinário: eu vejo uma pessoa duas vezes na vida e a outra pessoa diz que eu sou amicíssimo dessa pessoa?! Ou como utilizar palavras a dizer «vamos pôr o Moedas a funcionar», que é uma frase terrível, é uma frase mentirosa. Tudo isso, obviamente, como pessoas, toca-nos. Sobretudo toca alguém como eu, que trabalhou sempre dentro da legalidade, sempre no respeito das instituições, sempre na transparência, sempre a fazer a diferença. Mas ninguém, aqui, nesta Casa, está livre disso, Sr. Deputado.

No primeiro dia em que eu anunciei a minha candidatura a Lisboa, havia um vídeo na *Internet* a dizer mentiras sobre mim, algo que eu nunca faria a ninguém, não faria a nenhum oponente. Quando a pessoa vê essas mentiras que vêm exatamente pela mesma raiz do que falámos aqui hoje, é realmente terrível para aqueles que, como nós e os Srs. Deputados à volta desta mesa, acreditamos que a vida pública pode ser diferente.

Portanto, aquilo que lhe digo é que não, que não era amicíssimo do Ministro do Luxemburgo.

Gostava de vos agradecer mais uma vez. Aqui estive, de certa forma a repetir-me, o que talvez seja um pouco aborrecido, porque estive a repetir aquilo que já tinha dito. Mas, antes de vir, pensei em algo que é extraordinário: é que, no fundo, a verdade é sempre a verdade, e a verdade é a mesma. Eu não poderia fazer de outra maneira.

Estou contente de estar aqui presencialmente para esclarecer, mas não deixo, como pessoa, como cidadão, de ter alguma preocupação de que estejamos aqui, nesta Casa da democracia, a discutir aquilo que são os problemas do País e não a tentar fazer aqui um inquérito a alguém como eu, que — todos sabem — não teve qualquer relação profissional com esse grupo. Alguém como eu, cuja missão no Governo foi, durante aqueles anos, conseguir tirar Portugal da troica, tirar a troica de Portugal, de forma a que ela nunca mais voltasse. Foi essa a minha missão.

Srs. Deputados, sempre que quiserem, aqui estarei.

Agradeço a todos, mas em particular ao Sr. Presidente, a quem, como disse, desde a primeira hora, mostrei toda a minha disponibilidade para aqui estar.

O Sr. **Presidente**: — Foi, de facto, uma audição atípica, embora do ponto de vista político muito interessante. Será analisada no futuro.

Quero agradecer ao Sr. Eng.º Carlos Moedas a sua presença e agradecer também a disponibilidade que teve desde o início e as respostas que deu a todas as perguntas.

Fica encerrada esta audição. Teremos uma outra às 15 horas.

Eram 11 horas e 58 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.